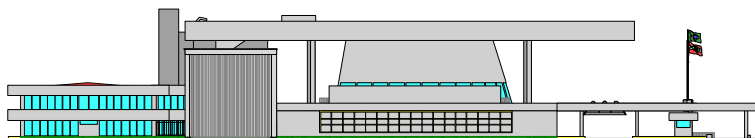


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 08 DE ABRIL DE 2010

NÚMERO 6.156

**16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Gôes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Gôes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

DIRETORIA LEGISLATIVA**Coordenadoria de Publicação:**

Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:

Responsável pela impressão.

Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XVIII - NÚMERO 2156
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS
TIRAGEM: 6 EXEMPLARES

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 025ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 07/04/2010.....2

Publicações Diversas

Avisos de Licitação.....14
 Extrato.....14
 Ofícios.....14
 Portarias.....15
 Projeto de Lei.....16

PLENÁRIO

ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Aborda PL de lei, de sua autoria, que trata da redução do custo da energia elétrica aos agricultores familiares; refere-se à política salarial dos servidores estaduais.
DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra o falecimento do vereador Marcos Mannes, de Guaramirim.
DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Refere-se à duplicação da BR-470.
DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Comenta as obras do PAC em Blumenau.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença do superintendente regional da Conab, Sione Lauro de Souza.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Refere-se ao Dia Mundial da Saúde.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda a política salarial dos servidores estaduais; comenta o projeto que proíbe as pulseiras do sexo.

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se à política salarial dos servidores estaduais; comenta assinatura de convênio com o Banco do Japão.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comenta a política salarial dos servidores estaduais.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Refere-se à política salarial dos servidores estaduais.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Tece comentários acerca da política salarial dos servidores estaduais.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Aborda a política salarial dos servidores estaduais.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Refere-se ao Dia do Jornalista e ao Dia Mundial de Combate ao Câncer.

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Pede para subscrever requerimento de cumprimento aos jornalistas.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Pede para subscrever requerimento de cumprimento aos jornalistas.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Faz menção à indicação sobre isenção de impostos aos deficientes.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se aos praças que foram excluídos da PM.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Critica medidas salariais desiguais; aborda a Ferrosul.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Estranha a ausência de deputados governistas em plenário.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Lamenta que o governo esteja totalmente perdido.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Defende o DEM.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra a necessidade de uma resposta do governo; cumprimenta os jornalistas pelo seu dia.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Cumprimenta os jornalistas pelo seu dia; fala sobre a reunião com o líder do governo.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Questiona a base do governo; parabeniza o delegado Ademir Serafim e o dr. André Luiz Mendes; reporta-se à nota publicada no DC; solidariza-se com a família do vereador Mannes.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Questiona política salarial do estado; questiona a descentralização.

DEPUTADO RONALDO BENEDET - Cumprimenta os jornalistas pelo seu dia; responde questionamentos dos senhores deputados.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Questiona ponderações do deputado Ronaldo Benedit.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Explica o porquê da presença dos servidores da Saúde na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar, em primeiro lugar, o deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, deputada Ana Paula Lima, srs. servidores, sras. servidoras, público do estado de Santa Catarina, aproveitamos a oportunidade para tornar conhecido o encaminhamento que temos dado, através de solicitação ao governo do estado de Santa Catarina, sobre a redução de tarifa de energia elétrica aos nossos agricultores e às nossas agricultoras familiares camponesas do estado de Santa Catarina.

Fiz uma indicação ao governo do estado e, ao fazer um estudo mais aprofundado dela, decidi encaminhar através de projeto de lei, o qual protocolei na manhã de hoje nesta Casa, pelo fato da importância que ele representa na questão do custo/produção das diferentes culturas cultivadas pelos agricultores familiares e camponesas do nosso estado.

Trata-se do Projeto de Lei n. 0102, deputado Reno Caramori. E v.exa., que vem da região do vale do rio do Peixe, tem uma profunda relação também com a atividade da agricultura, haja vista que nos nossos municípios do interior do estado, da região do meio-oeste, do oeste e extremo oeste do nosso estado, e é claro que em outras regiões também, a grande maioria das famílias ainda vivem da agricultura.

E esse projeto de lei foi protocolado na manhã de hoje à luz da Portaria n. 105 da Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, que prevê um desconto de 60 a 90% no que diz respeito ao sistema de irrigação. E, claro, quando ela fala de irrigação, fala de propriedades maiores. A minha preocupação é com as pequenas propriedades que, aliás, enfrentam as maiores dificuldades de subsistência e de sobrevivência na atividade da nossa agricultura.

A Aneel, na sua Portaria n. 105, prevê um desconto de 60 a 90% na questão de irrigações. Nós vimos por bem ampliar as culturas que poderia ser contempladas com a redução não de 60 a 90%. Nós estipulamos a redução de 90%, ampliando o benefício para as diferentes atividades que são desenvolvidas. E é claro que, obedecendo a própria portaria, num horário noturno, das 21h30 às 6h, quando existe uma incidência do menor pico de consumo de energia e para que se concentrem nesse horário, quem sabe, algumas atividades.

É claro que o horário, às vezes, é um pouco desfavorável, mas sabemos que os nossos agricultores que vivem da produção do leite às 4h ou às 4h30 já estão de pé para ir atrás do gado leiteiro para tirar o leite. E aí usa-se o sistema da ordenhadeira, quando é feita a ordenha desse gado, e, portanto, existe também um consumo de energia. E eles poderiam ser beneficiados pela redução da tarifa de luz, assim como quem vive de outras atividades. Por exemplo, há aqueles que vivem, ou estão implementando - e fazemos parte da comissão Permanente da Aquicultura e Pesca - a atividade da pesca, no sentido de agregar renda e valor à nossa agricultura familiar e camponesa. E há também a avicultura, a suinocultura e tantas outras atividades que são desenvolvidas nesse horário e que podem ser beneficiadas por esse projeto de lei que prevê, então, a redução de 90% da tarifa de energia elétrica.

Fiz referência à Portaria n. 105, da Aneel. Foi criada a chamada tarifa verde e por isso que ela tinha o endereço com relação ao sistema de irrigação. Mas não queremos só isso; queremos uma ampliação exatamente para atender e beneficiar toda atividade da nossa agricultura familiar e camponesa.

Além disso, é claro que é preciso que se implemente, para a concretude dessa atividade, medidores diferenciados para fazer a medição do gasto da energia. Aqui também precisamos, devido ao custo desses medidores e para que esse peso não recaia ao agricultor, que a própria Celesc entre com uma parcela de contribuição. E propomos, no projeto de lei, que ela subsidie o equivalente a 70% do custo do medidor diferenciado para fazer a medição do consumo da energia elétrica.

Portanto, achamos extremamente importante o encaminhamento, haja vista o acentuado êxodo rural que há, e continua. E precisamos ampliar os programas de incentivo e de proteção para que o nosso agricultor possa continuar na sua atividade lá na pequena propriedade. E sabemos da importância disso. Esse é um investimento que nós poderíamos aqui colocá-lo como sendo de menor custo, e seria bom para a manutenção dos nossos agricultores e agricultoras na atividade agrícola.

Portanto, é um desafio que se coloca aqui, mais uma vez, nas mãos do governo do estado, no sentido de que se possa também, através desse projeto de lei, dar um incentivo a mais para a atividade produtiva da pequena agricultura no interior do nosso estado, e fazendo com que isso possa possibilitar a permanência da família e das suas descendências na atividade da agricultura familiar e camponesa.

No mais, continuamos aqui, no dia de hoje, mais uma vez, no aguardo de um posicionamento do governo do estado com relação à questão da política salarial inexistente dos nossos servidores públicos do estado de Santa Catarina. E faz mais de sete anos que estamos aqui todos os dias, todas as semanas, todos os meses reivindicando para que o governo do estado possa ter, sim, uma política salarial para os nossos servidores públicos.

Esperamos que haja uma alternativa, principalmente para que aqui se possa incluir todos os nossos servidores públicos do estado de Santa Catarina.

Estamos aqui ainda na expectativa, diante daquilo que, no dia de ontem, tinha sido comprometido, de se trazer uma solução. Aguardaremos até o final do dia de hoje para ver se haverá alguma novidade, ou não, e para decidirmos qual o encaminhamento que nós vamos dar.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero, com muito pesar, anunciar o falecimento do vereador do PSDB, Marcos Mannes, de Guarimirim. Ele já foi vereador por várias vezes, presidente da Câmara Municipal e atualmente era o vice-presidente.

Inclusive, todos os deputados do PSDB, muito consternados, pediram ao deputado Nilson Gonçalves - e ele tem um laço afetivo maior com aquela cidade e é da região norte de Santa Catarina - que se fizesse presente no funeral, em Guarimirim, do vereador Marcos Mannes.

Por isso, então, além de anunciar esse falecimento, com pesar, também quero justificar a ausência do deputado Nilson Gonçalves na sessão de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O deputado Nilson Gonçalves representa a Assembleia Legislativa no funeral que está ocorrendo na cidade do vereador. E, em função disso, a Casa também registra sentimento de pesar pelo acontecido e registra a ausência do deputado Nilson Gonçalves, uma vez que o indicou para representar os 40 deputados nesse momento difícil por que passa a família do vereador.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, gostaria de cumprimentar todos e, de forma muito especial, os servidores aqui presentes que vêm demonstrar a sua mobilização e organização na luta pelos seus direitos.

Quero dizer que, efetivamente, quem não demonstra o seu valor, quem não demonstra a sua intenção, o seu desejo, com certeza cai naquele ditado de que quem não é visto, não é lembrado.

Por isso gostaria de parabenizá-los por estarem aqui justamente lutando por algo extremamente justo, que é direito de todos e, com certeza, em muitos casos, dever do estado.

Também quero cumprimentar as demais pessoas, o suplente de deputado, o nosso amigo, ex-secretário de Agricultura, deputado Antônio Ceron, que a partir da próxima terça-feira estará presente com todos os parlamentares nesta Casa, pois estaremos, sr. presidente, iniciando um rodízio dentro da bancada do Democratas.

O rodízio possibilitará que o deputado Antônio Ceron possa estar aqui presente, e eu terei a alegria de ser o primeiro parlamentar do Democratas a participar do mesmo, dando condições para que ele volte a esta Casa por 60 dias.

Mas o que me faz assomar à tribuna, nesta tarde, srs. parlamentares e sras. parlamentares, é um assunto que costumo debater, falar e repetir - porque ainda acredito naquele ditado, deputado Serafim Venzon: "Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura" -, a questão da duplicação da BR-470.

Recentemente, na semana passada, foi lançado o PAC 2. Os jornais estamparam várias notícias falando de obras, de investimentos, mas, quando falamos em duplicação da BR-470, o que verificamos é que novamente houve atraso nos cronogramas das

obras. Tudo aquilo que estava previsto, na primeira vez, para 2009, passou para 2010, agora passa para 2011, 2012, 2013, e quem sabe não deveriam até tirar de uma vez da lista de promessas porque a enganação está muito grande. Os próprios jornais que trazem a notícia dizem: "Um trilhão em promessas e poucas certezas no PAC 2."

Aí, se pegarmos a questão do cronograma, parlamentares, da duplicação da BR-470, verificaremos que o primeiro item, o primeiro requisito para fazer a duplicação da BR é fazer o estudo de impacto ambiental e o relatório do impacto ao meio ambiente.

Esse primeiro quesito estava prometido e programado pelo DNIT e foi divulgado em todos os jornais, em todas as rádios. Foi feita uma reunião e todos estavam orgulhosos falando o que iria ser feito. Todo mundo dizia que um sonho iria se realizar e foi prometido esse estudo de impacto ambiental para julho de 2009. Aí chegou julho de 2009 e nada aconteceu. Bom, fomos ao DNIT perguntar, questionar. Vários deputados assomaram esta tribuna para perguntar por que ninguém fez nada, por que ninguém falou nada.

Na comissão de Transportes, convocamos o diretor do DNIT, João José, para que ele desse uma satisfação e lá ele falou que esse processo que estava prometido para julho de 2009 passaria para abril de 2011. E agora, no lançamento do novo programa do PAC, um novo engodo acaba sendo mostrado, uma nova promessa para julho de 2011. E aí acabo lamentando porque várias pessoas, várias entidades empresariais, vários cidadãos acreditaram na promessa da duplicação da BR-470, que realmente iria sair do papel, e agora, depois de oito anos do governo Lula, acabamos verificando que se usa a desculpa da burocracia, o próprio DNIT diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"A demora na conclusão das etapas é causada pela complexidade do trabalho de campo. Segundo o projeto executivo, contempla 20 estudos e 20 projetos complementares que abrangem desde a análise geotécnica do trecho até a definição de terrenos que precisarão ser desapropriados e a busca por certidões dos proprietários."

Será que quando eles lançaram o cronograma não tiveram a condição e a capacidade de perguntar ao engenheiro, para alguém que faz esse estudo o que precisava? Será que quando disseram que o primeiro estudo seria entregue em julho de 2009 os técnicos já não sabiam disso? Será que as pessoas responsáveis já não tinham esse conhecimento? Será que nunca foi feita uma rodovia neste país? Nunca foi feita duplicação?

A própria BR-101, deputado Joares Ponticelli, é uma vergonha! É promessa em cima de promessa, engodo em cima de engodo. A duplicação da BR-470 nem começou e já o primeiro estudo necessário teve o seu cronograma adiado por três vezes.

Será que eles não sabiam disso quando fizeram a primeira promessa? Talvez o DNIT tenha pedido para um veterinário fazer o projeto e não um engenheiro que daria a resposta certa.

Eu acho um absurdo justamente você prometer um cronograma, outro e mais outro e não dar satisfações, não cumprir. Ninguém é obrigado a prometer um cronograma. Mas, deputado Jailson Lima, quando prometerem, por favor, que cumpram, porque aí se coloca em risco o próprio DNIT, a credibilidade dos engenheiros que lá estão.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu concedo se for rápido.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Vou ser breve, deputado Jean Kuhlmann, v.exa. sabe do carinho que tenho por v.exa.

Mas, justiça seja feita, por mais reclamações que sejam feitas em relação ao atraso das obras do PAC, o compromisso de cronograma com o funcionalismo público estadual trouxe este povo que aqui está, quer dizer, a falta dele. Não vou apenas verificar a questão do estado, mas tenho que admitir que há atrasos, sim, em relação às obras do DNIT, como v.exa. comenta.

Quero abordar o número da conta relativo à obra do PAC de Blumenau. Sete milhões de reais foram depositados em contas há um ano e dois meses, e até hoje a obra não saiu por falta de projeto da prefeitura de Blumenau. O problema não se refere ao estado brasileiro que repassou o dinheiro. Há mais R\$ 20 milhões à disposição que o prefeito já poderia estar usando, deputada Ana Paula Lima. Vou fornecer esses dados a v.exa., que é de Blumenau. O dinheiro está lá na conta da Caixa Econômica Federal.

Então, fica aqui o *mea culpa* sem relacionar o DNIT. Agora, não podemos dizer que tudo é consequência, pois existem projetos ambientais, existem questões do Ministério Público que muitas vezes acabam travando o processo em andamento. Mas, o seu papel, como parlamentar, é esse. Sei que é esse. No entanto, como deputado do governo e do PT, cabe-me dizer ao seu prefeito que tenha eficiência para gastar esse dinheiro federal que está lá.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Jailson Lima, quero dizer que, em relação à prefeitura de Blumenau, eu sou testemunha. Não queria entrar nesse mérito, mas tenho que fazer uma crítica à Caixa Econômica Federal, porque existem projetos que foram apresentados à Caixa, que é responsável pela liberação dos recursos, mais de dez vezes. E a burocracia neste país faz o seguinte: se num documento de 20 páginas, na segunda linha da primeira página, há uma vírgula errada, em vez de analisarem o documento todo, dizendo o que deve ser alterado, devolvem tudo por causa daquela vírgula e esperam chegar o documento corrigido na primeira página para daí analisarem a segunda. Por quê? Porque quem é burocrata não quer liberar o dinheiro, porque quem está na Caixa Econômica não tem o problema de estar sem casa, sem atendimento.

Assim é com o DNIT, com os burocratas do governo federal que prometem um cronograma para julho de 2009, depois para 2010 e, agora, para 2011. A obra que era para ser concluída em 2011, agora passa para 2013. Esses estão no ar condicionado do DNIT. Tenho certeza absoluta, deputado Silvío Dreveck, de que nenhum dos técnicos que estão enrolando, ou melhor, dos políticos que andam prometendo o cronograma e depois enrolam e não o cumprem, teve um parente que faleceu na BR-470.

Comecei minha vida política como presidente de uma associação de moradores da Rua 1º de Janeiro, que foi cortada pela BR-470. E, aos quatro anos de idade, tive que sair da minha casa, porque ela foi desapropriada para passar a BR-470. Sei que nenhum deles viu tantas pessoas morrerem, nem socorreram tantas pessoas naquela BR como eu tive a oportunidade de fazer.

Então, queria muito, srs. parlamentares, que aqueles que vêm aqui e prometem um cronograma de duplicação da BR-470 para 2009, depois para 2011 e, depois para 2013, antes de prometerem mentiras, pensassem naqueles que já morreram na BR-470.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, gostaria de registrar aqui, nesta Casa, a presença do superintendente regional da Conab, sr. Sione Lauro de Souza, e de dizer que nesta sexta-feira nós vamos estar reunidos em São Miguel do Oeste, no extremo oeste do estado, assinando convênios com várias entidades sobre o programa PAA - Programa de Aquisição de Alimentos de vários grupos, de várias entidades na região.

Quero desejar boas-vindas ao superintendente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Digital Alesc, e pessoas que estão presentes nesta sessão ordinária da Assembleia Legislativa, fazendo justas reivindicações para a sua categoria. Sejam bem-vindos!

(Passa a ler.)

"Srs. deputados, hoje nós comemoramos o Dia Mundial da Saúde celebrado e criado pela Organização Mundial de Saúde, em 1948.

Essa mesma organização lançou este ano a campanha 1.000 Cidades, 1.000 Vidas. Este lema é de extrema importância para a conjuntura que toda a sociedade vive atualmente, que é urbanização e saúde.

São organizadas no mundo todas as ações que envolvem a saúde das pessoas e o que a urbanização pode influenciar sobre a saúde coletiva, em nível global e para cada um de nós individualmente.

A saúde, todos nós sabemos, é direito do cidadão e dever do estado garantido em Constituição. Portanto, para uma condição saudável nos dias de hoje, não é preciso somente não ter doença, mas, sim, o bem-estar biopsicossocial do indivíduo perante toda a sociedade.

Durante a semana de 07 a 11 de abril, serão realizadas ações organizadas mundialmente convidando cidades a disponibilizar espaços para a atividade física. Várias cidades de Santa Catarina, do Brasil e do mundo, estão neste momento, através de atividades físicas, trabalhando a questão da saúde.

Por esse motivo, acredito que a valorização do profissional da Saúde começa em nossa própria casa, ou seja, em nosso estado, que deve proporcionar aos trabalhadores e trabalhadoras da Saúde, ambiente qualificado e preparado para que possam prestar seus serviços, com salário digno e igualitário aos profissionais.

Eu volto a este tema, sr. presidente e srs. deputados, pois estamos, desde o dia 26 de março, data da posse do governador Leonel Pavan, acusado pelo Ministério Público Estadual por corrupção, vivendo uma série de trapalhadas, fruto ainda de políticas públicas do ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

Foram sete anos de arrocho salarial. A grande maioria dos servidores públicos foi esquecida. E agora vemos uma série de trapalhadas com o envio de projetos de lei à Alesc, privilegiando alguns em detrimento da maioria, que depois se transformaram em medida provisória. E ontem mais medidas

provisórias que deixaram a grande maioria dos trabalhadores da saúde e do magistério de fora.

Ontem vocês estavam aqui, à noite ficaram em vigília no palácio do governo, e na última trapalhada o governo diz que descobriu ontem que não pode mais enviar medidas porque o prazo teria encerrado na última segunda-feira à meia-noite.

Não posso acreditar, srs. parlamentares, que um governo, com toda a sua estrutura jurídica, com vários advogados, tenha se perdido nos prazos. Se esse fosse um governo ético, poderia acreditar, mas como conhecemos a prática dos que governam o estado de Santa Catarina, não posso deixar de registrar a má-fé do atual governador."

Mais um 171!

Ontem já disse que deveriam assumir a responsabilidade. E não venha aqui o deputado dizer, em cima da hora, que está falando em BR-470 e não sei o que do governo federal, pois se vai discutir obras federais, deveria ser deputado federal e não estadual. Assumam a responsabilidade de ser governo e digam que ficaram sete anos no governo e nunca mexeram uma palha para valorizar os servidores públicos estaduais.

Eles só valorizaram os servidores públicos estaduais das áreas da segurança pública, saúde, educação, administração e das secretarias de Desenvolvimento Regional - que a meu ver é um cabide de empregos - na hora da urna, do voto. Só nessa hora, em nenhum outro momento. Foram sete anos em que os senhores e as senhoras foram enganados.

Ontem aconteceu mais uma enganação. Vamos aceitar esse festival de discriminação mais uma vez? Nós, do PT, vamos, sim, fazer as emendas necessárias e os enfrentamentos judiciais necessários para garantir justiça aos trabalhadores, principalmente das áreas da saúde e da educação.

(Manifestações das galerias)

Estamos aqui para fazer as transformações necessárias. Ontem o governo nos falava, inclusive, que o prazo era ontem até a meia-noite, e vocês foram para o palácio do governo fazer vigília.

(Palmas das galerias)

E depois de algumas horas vêm dizer que não podem... Ora, senhores, o governador foi acusado pelo Ministério Público, denunciado com gravação, que vocês viram na televisão. Para ele há medidas, há justiça. Para os trabalhadores, não. Que leis são essas? Não elaboramos aqui as leis? Então cometemos injustiças para com os trabalhadores. Fazem essa enganação há muito tempo. Primeiro porque se trata de gratificação, na polícia pelo menos, uma gratificação de R\$ 250,00 para alguns e de R\$ 2.000,00 para outros. Isso não está certo.

Percentual diferenciado para alguns não é correto e não dar nada para os profissionais de nível médio da Saúde e para os professores...

(Manifestações das galerias)

Não está certo. Quero acreditar que essa má-fé foi de interesse de algumas pessoas, porque como é que o governo vai dar um aumento diferenciado para cada categoria. Não dá para entender. Não consigo entender. Ou o governo está perdido (faz muito tempo que temos sinalizado isso) ou está cometendo mais um 171 com os trabalhadores do estado de Santa Catarina.

(Manifestações das galerias)

Por isso, sr. presidente, srs. parlamentares, há medidas legais para alguns, principalmente, para o governador Leonel Pavan, que está respondendo por denúncias, gravações feitas pela Polícia Federal, e está

governando o estado de Santa Catarina. E, vocês, que estão cuidando das pessoas que estão doentes, merecem, sim, o nosso respeito. Eu não vou botar as minhas digitais enquanto não for reconhecido o trabalho e as gratificações, que se esperava que fosse aumento; as gratificações que os outros funcionários, através das medidas provisórias, que serão votadas nesta Casa, com todo o respeito aos demais profissionais, não ganharam. O estado é um só, a arrecadação é uma só. Este estado tem que trabalhar em harmonia e trabalhar em harmonia é fazer justiça. Justiça para todos, não apenas para um segmento, privilegiando, quero crer que não, mas neste momento, apenas o interesse de alguns.

Era o que tinha para relatar, sr. presidente. Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados e sra. deputada, catarinenses que nos acompanham, servidores sofredores, persistentes, que estão aqui desde a Páscoa dos servidores, que ainda não chegou, e resistem bravamente acompanhando o drama que vive esta Assembleia Legislativa, porque o problema foi transferido para cá, ou seja, é uma discriminação jamais vista na história do funcionalismo público de Santa Catarina. Acho que a última também foi praticada por essa gente, quando eles tiraram três meses de salários.

(Manifestações das galerias)

Foi o mesmo time! Foram três meses, porque eu digo sempre que não há ladrão maior do que aquele que rouba o salário do seu servidor. É preciso manter isso na memória dos funcionários públicos, porque alguns fazem de conta que não aconteceu aqui.

(Manifestações das galerias)

Há pouco mais de dez anos, eu que também sou servidor de carreira, e na época exercia a minha função ainda no Magistério, também tive o meu salário roubado durante três meses. E essa mesma gente fez isso agora novamente, ou seja, promoveu uma injustiça salarial histórica, porque não consigo compreender como é que pode haver - e aí me permite até o termo - tanta incompetência e burrice política.

Isso chega às raias da burrice política, deputado Silvío Dreveck! Eles conseguiram desagradar a todos. Deputado Valdir Cobalchini, v.exa., que estava lá, que ajudou a fazer isso, tem que nos dizer alguma coisa. Como é que pode ter sido feita tanta injustiça com os servidores? Estão todos infelizes! E o pior é que ninguém sabe o tamanho dessa conta.

Ouví membros do governo, ontem, dizendo que a palavra do governador era para resolver algumas situações. Dizem agora que o próprio ex-governador foi enganado por seus assessores.

(Manifestações das galerias)

Isso é debochar de todos nós! Por isso, queremos uma explicação, deputado Valdir Cobalchini, e talvez v.exa., que esteve lá, que ajudou a construir isso, possa nos dar. Eu não consigo compreender, deputado Romildo Titon, eu não consigo compreender o que aconteceu, o que fizeram. Será que eles foram tão incompetentes que teve que haver um pedido de desculpas e uma renúncia coletiva dessa gente? Foi má-fé, má-fé, política! Isso não é politicagem, não, é política! Acharam

que iam enganar o tempo todo como o outro que escapou, que renunciou, que praticou a renúncia-golpe. Acharam que iam enganar como aquele fez por sete anos! E vocês estão aqui resistindo, e não largam o osso. Parabéns! É isso que precisa ser feito! É isso mesmo!

(Manifestações das galerias)

Eu não sei o que é que nós poderemos fazer. Estamos estudando, toda a nossa equipe está estudando essa questão das emendas. Agora estão vindo com essa conversa de que emenda é crime eleitoral. Nós, e a bancada do PT, estamos estudando e faremos a nossa parte. Nós alertamos o tempo todo que essa política salarial não estava certa. Muitos colegas da bancada do próprio governo estão indignados com a sacanagem que o seu governo fez. E é preciso descobrir de quem são as digitais de tamanha injustiça.

Resistam! Nós estamos aqui para ser solidários e buscar o mínimo de justiça! Quero sugerir também à base do governo que discuta com o governador uma medida imediata que possa ser implementada, que é a antecipação daquelas parcelas do "Magazine do Luizão", que incorpora os R\$ 100,00 em quatro prestações. Tem que incorporar isso já, porque para isso não há lei que impeça, não! Incorpora isso, aumenta o vale alimentação, que na minha visão não há nenhum problema...

(Palmas das galerias)

Não há nenhum problema de legislação eleitoral, porque o vale alimentação de vocês é o que o Esperidião Amin concedeu em 2001. Já faz nove anos! Sete anos e meio de governo dessa gente sem um centavo de reajuste do vale alimentação! E vocês compram pão com mortadela a R\$ 6,00 por dia e talvez um copinho de Q-suco junto. Essa é a realidade que o governo do toma lá dá cá deixa para Santa Catarina.

(Manifestações das galerias)

Mas, no pacote da sacanagem, hoje eu descobri outra, deputado Padre Pedro Baldissera: na tal Medida Provisória n. 163, há favorecimento para os amigos da corte, na qual acho que vai instalar-se o balcão da arrecadação para a campanha. Uma renúncia fiscal jamais vista! Atentem, srs. deputados, precisamos queimar essa medida provisória em praça pública, porque é lá que está o balcão da arrecadação da campanha por conta, deputado Serafim Venzon, da arrecadação da renúncia fiscal e da negativa aos compromissos com os servidores.

Vamos ficar atentos! O nosso partido quer antecipar, deputado Onofre Santo Agostini, e está dando entrada a uma Adin hoje, porque a medida provisória vigente já produz efeito! Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que é um homem de bem, na hora em que ler a Medida Provisória n. 163 ficará estarecido. Estão, inclusive, usurpando dinheiro dos poderes novamente e dos municípios. Estão fugindo da lei do Fundo Social, fazendo uma alteração na lei por outra, para botar a mão no dinheiro da Assembleia, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Udesc e dos municípios.

Deputado Antônio Aguiar, isso não pode prosperar! Nós temos que queimar essa medida provisória imediatamente, porque é outra sacanagem que, tenho certeza, v.exa. não sabe do que se trata. Tenho certeza de que a maioria dos deputados da base do governo não sabem disso, deputado Antônio Aguiar. Tenho certeza, pois conheço v.exa.! Mas está aqui, é mais uma maldade que vem no pacote da injustiça, da sacanagem e do negócio. E nós precisamos queimar essa medida provisória.

Esse tema acaba envolvendo muito, mas quero, antes de encerrar meu tempo, deputado Moacir Sopelsa, dizer que questiono se o projeto das tais pulseiras do sexo vai ser votado hoje. Fiz esse apelo ontem, e apelo hoje novamente para que esse projeto de autoria do deputado Narcizo Parisotto entre na Ordem do Dia de hoje. A Assembleia Legislativa do Paraná votará, talvez hoje ainda, projeto semelhante e a Assembleia do Amazonas já está votando. E Santa Catarina que está com o projeto para ser votado há dias não pode voltar atrás.

Nós temos que dar essa resposta para a sociedade hoje, e proibir a comercialização desta praga da pulseira do sexo aqui no estado. É o apelo que quero fazer à Mesa Diretora, no sentido de trazer essa matéria para o Plenário ainda hoje.

Por fim, leio aqui o que consta do obituário do *Diário Catarinense*. Prestem atenção, deputados:

(Passa a ler.)

"Magro de ruim e parecido com Tiririca. Essas eram as únicas 'críticas' que a filha, Luiza de dois anos, fazia ao pai, Urbano Armando e Silva. Nascido em Florianópolis, Urbano sofreu com o *bullying*, quando criança. Seu nome e seu corpo magro eram motivos de chacota dos colegas de classe. 'Pelo que ele me conta, ele mudou três vezes de colégio, mas nunca se sentia à vontade', diz a esposa Isabel. Aos 15 anos, começou a musculação, que pouco resolveu. Dez anos mais tarde, se casou com Isabel, e quatro anos depois, teve a única filha. 'Ele comia bastante, era magro de ruim, como dizia a Luiza', conta a esposa. Trabalhou como arquiteto e nas horas vagas, costumava brincar com a filha em um parque, perto de casa. No primeiro dia deste mês, sofreu um acidente de carro e entrou em coma. Foram seis dias de luta, quatro cirurgias e muitas preces da mulher e de amigos, até sua morte, ontem, no Hospital Celso Ramos, em Florianópolis. O corpo de Urbano será sepultado em Mafra, no planalto Norte do estado, ao lado do corpo do pai e da mãe." [sic]

Essa notícia chamou-me a atenção, primeiro por estar no obituário, segundo por ser mais um depoimento de alguém que foi vítima desta praga que é o *bullying*.

(Palmas das galerias)

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Antes, porém, esta Presidência registra que no *hall* da entrada da Assembleia Legislativa a Associação Abaré, uma ONG que tem como objetivo a proteção da vida e do bem-estar de animais abandonados e vítimas de maus-tratos, está hoje fazendo o lançamento estadual do livro de contos *Eternos Abarés*.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos acompanha tanto pela TVAL quanto pela Rádio Alesc Digital, servidores que estão aqui desde ontem, estava ouvindo o pronunciamento do deputado Joares Ponticelli e lembrei-me de quando começaram a falar sobre a questão da vigília até a meia-noite. Eu sou muito observador e gosto de ficar sentado observando a movimentação de certas pessoas, de certos colegas, aqui dentro, eu gosto muito de fazer a leitura labial.

Ontem, quando os deputados da base sugeriram encerrar a sessão, afirmando que iriam falar com o governador para retirar todas as medidas provisórias, fiz a leitura labial e eles diziam o seguinte: "Vamos cozinhá-los em banho-maria". Eu *twittei*. E quando *twittei* isso, coloquei lá no meu *twitter*: "Vai ter banho-maria". Houve uma pessoa lá, não sei de onde, que me estava acompanhando, e respondeu assim: "Deputado, mas não é isso que estamos acompanhando na TV ao vivo". Eu disse: "Está bom, não vou criar polêmica, vamos esperar amanhã".

Eu tive que sair e por volta da meia-noite liguei para o deputado Valdir Comin perguntando: "Tenho que ir para a Assembleia?" Ele disse: "Não, só amanhã". Eu retruquei: "Por que, banho-maria?".

Ou seja, novamente fomos enganados. Novamente, novamente!

Nós já vimos essa história: foi quando o então prefeito Luiz Henrique da Silveira renunciou ao mandato para sair candidato ao governo e deixou na mão do vice-prefeito, Marco Tebaldi, as bombas. Então, para nós, de Joinville, isso não é fato novo, isso é normal.

Lembram quando eu falei neste plenário que esse governo estava fazendo a política salarial da panela de pressão? Como funciona uma panela de pressão? Quando a pressão está muito forte, a dona-de-casa levanta a válvula para aliviar a pressão. E essa foi a prática do governo Luiz Henrique da Silveira, durante todo esse tempo. Quando subia a pressão, ele vinha aqui e dava R\$ 200,00 de abono em quatro pagamentos ou em 12 parcelas. É o "Magazine do Luizão"! Sabem aquele magazine que diz: só hoje, só hoje?! Ontem, os deputados da base estavam dizendo: "Só hoje até a meia-noite!" Passou o tempo e fomos novamente colocados em banho-maria.

Sabem qual é o melhor troco de vocês, eleitores, servidores públicos que estão sendo discriminados? É ajudar a mostrar a verdadeira cara desse governo que está aí. Essa é a verdadeira cara! Porque está aqui só a nossa bancada e a bancada do PT, durante todo esse tempo, falando e falando. Às vezes saímos pelos corredores e somos xingados. Mas no fundo, quem tem razão?

Eu não gostaria mais de falar sobre isso, porque vamos falar em outro tempo. Eu gostaria de falar sobre um assunto muito interessante, pois a convite da Presidência da Assembleia Legislativa, fui acompanhar a assinatura de convênio com o Banco do Japão, que possibilita a vinda para Santa Catarina de R\$ 281,5 milhões para investimento em saneamento básico.

Deputado Antônio Aguiar, Florianópolis, Barra do Sul, Penha, Piçarras e Bombinhas, são municípios beneficiados com esse dinheiro, e esse empréstimo que agora iremos receber foi trabalhado durante sete anos. E catarinenses já me perguntaram: "Deputado Kennedy Nunes, será que isso vai funcionar?" Vai funcionar porque quem vai vistoriar e executar a obra é o banco japonês. Por isso estou acreditando.

Mas também fomos, principalmente os deputados que são da região oeste, deputado Padre Pedro Baldissera, deputado Onofre Santo Agostini, ao Ministério da Agricultura.

(Procede-se à apresentação de fotos.)

Essa primeira foto é do momento da assinatura do Banco Japonês com o estado de Santa Catarina. Foi interessante! Aquela senhora da foto, que está lá na ponta da

mesa, é a procuradora da República do Brasil. O banco japonês pediu a presença do governo federal, seria como se fosse uma palavra a mais desse financiamento que vai levar 25 anos para ser pago, com sete anos de carência. E olhem só o que o vice-presidente do banco falou, deputado Darci de Matos: "Estamos investindo no saneamento de Santa Catarina, porque não estamos preocupados com a praia, mas com o mangue. E por que com o mangue? Porque o mangue é o berço do oceano. E eles disseram, deputado Edison Andrino, que quando terminar o financiamento daqui a 25 anos, querem comprar marisco e camarão nosso sem problema sanitário algum. Vejam a inteligência dos camaradas, ou seja, emprestam dinheiro para nós investirmos em saneamento básico para que eles comprem marisco e camarão daqui a 25 anos.

Também fomos ao Ministério da Agricultura do Japão. E esse senhor que aparece na foto de paletó marrom, é o ministro da Agricultura. E aquele senhor que aparece entre eu e o governador de Santa Catarina, é o embaixador do Brasil no Japão.

O estado de Santa Catarina está numa busca constante e acirrada para que o Japão, deputado Silvío Dreveck, importe carne suína produzida por nós. E a carne suína, hoje, é fornecida ao Japão pela Austrália, só que nós somos o único estado livre da febre aftosa também sem vacinação. E 80% do frango consumido pelo Japão já é exportado daqui de Santa Catarina.

Então, nessa conversa que nós tivemos o governador do estado Leonel Pavan entregou os números e alguns outros dados que o ministério da Agricultura pediu para o estado, e um grupo técnico, que é aquele que está ao lado do ministro da Agricultura, ficou de fazer, em maio, uma reunião para decidir quando poderá vir a Santa Catarina ver as instalações dos criadores de suínos no estado.

Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que é da região e depende disso, vale a pena nós estarmos envolvidos nessa luta, porque o valor que o Japão paga pela carne suína é quase o dobro do que a Rússia paga. Então, todas as exigências feitas pelo governo japonês vão valer a pena para o produtor, pois ele vai receber mais.

Para finalizar, eu quero dizer ao povo catarinense e aos colegas deputados que fui ao Japão para representar a Assembleia Legislativa nessa assinatura e que trouxe o meu relatório da viagem. Foi uma viagem extremamente cansativa, pois só de voo foram 50 horas para ir e voltar, e ficamos no Japão 36 horas, mas valeu a pena porque ela foi de extrema importância para o estado de Santa Catarina em dois aspectos: saneamento básico e exportação de carne suína.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, servidores públicos da secretaria da Saúde, companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, movimento das mulheres que lutam, das esposas e familiares de praças, nós pensamos que às vezes vimos tudo na vida e cada dia aprendemos que não vimos.

Estamos cada vez mais estarecidos com a capacidade "enrolativa" do ex-governo

do estado nessa questão salarial. A mandinga que o ex-governador Luiz Henrique da Silveira deixou dentro do palácio, com relação à questão salarial, é uma coisa de doido.

Dizem que em política, e creio que todos que estão aqui já escutam essa expressão, o boi voa. E eu tenho percebido, prestando um pouco de atenção, que o boi tem voado em Santa Catarina. Tem voado para dar R\$ 1 mil, R\$ 2 mil, R\$ 3 mil de gratificação para alguns grupos privilegiados. Tem voado para não respeitar sequer a legislação eleitoral e a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque a maior parte dessas medidas provisórias cria ônus para o futuro governo.

O boi tem voado para não respeitar uma lei complementar sancionada pelo próprio ex-governador Luiz Henrique da Silveira, a Lei n. 254, art. 27, que diz que a diferença entre o maior e o menor salário tem que ser de no máximo quatro vezes.

O boi tem voado para as autoridades do governo não respeitarem uma lei federal que anistia os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que foram punidos por terem reivindicado a Lei n. 254. Ou seja, para beneficiar os privilegiados, para atender os interesses das autoridades governantes, o boi voa. Fazem coisas tão absurdas, que um analista isento é capaz de dizer que é impossível! Eles fazem, justificam e fica valendo!

O boi voa para o governo não pagar os precatórios, ao longo de dez anos! O boi voa para ninguém do Judiciário fazer nada contra o governo. Agora, quando é para atender a maioria dos trabalhadores, quando é para atender a maioria dos servidores públicos estaduais, aqueles que estão na linha de frente, dando a vida para defender a sociedade, aí o boi não voa, o boi atola! Antes de voar o boi atola no lamaçal de desculpas esfarrapadas, de boa-vontade fingida, para que as pessoas pensem que estão falando a verdade!

Ontem, foi dito aqui, garantido e jurado que o governo do estado poderia resolver essa questão até meia-noite. Eu fui junto com os servidores até o palácio, inclusive algumas pessoas estavam aqui na hora em que foi dito que o governo poderia resolver isso até meia-noite, e quando chegamos lá disseram que não. Saíram correndo, trocaram de prédio e mudaram de versão. Não as mesmas pessoas, mas outras pessoas do mesmo partido. E isso é assustador porque estão fazendo de palhaço os servidores públicos do estado de Santa Catarina!

Agora dizem que não há solução. E eu recebo a seguinte pergunta lá de cima pelo celular: "Não há solução, então, para a discriminação contra a maioria dos trabalhadores da Saúde, para 95% que estão na linha de frente atendendo a população?" Não há solução nem no Executivo nem no Legislativo!

Não há solução para a discriminação na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros e na Polícia Civil também, ao se dar R\$ 2 mil para os oficiais e R\$ 250,00, bem parcelados, para os praças.

A outra pergunta que eu recebo lá de cima é a seguinte: "Qual a solução para a greve dos trabalhadores da Saúde que possivelmente vai iniciar a partir do momento que ficarem sabendo que não há solução?"

(Palmas das galerias)

Em plenos 12 dias de governo de Leonel Pavan, o comandante da Polícia Militar continua o mesmo. Ontem ele excluiu mais um companheiro e hoje excluiu mais um. Foram 18 na conta de Luiz Henrique e agora dois na conta de Leonel Pavan. E nós que somos radicais!

Todo mundo diz que quer solução, todo mundo diz que quer resolver, mas o cara continua lá excluindo policiais honestos e mantendo corruptos dentro da corporação!

Essa é a solução, esse é o diálogo que é possível ter no estado de Santa Catarina? Sinceramente, 12 dias já foram suficientes para que fossem resolvidos os problemas e não criados mais problemas, o que, infelizmente, é o que está acontecendo.

A luta dos trabalhadores do estado de Santa Catarina continua.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, eu queria cumprimentar todos os servidores que acompanham esta sessão. E pelo fato de estarem participando de diversas reuniões como esta, são também testemunhas da minha posição e da posição de praticamente todos os deputados desta Casa com relação a essa questão do tratamento diferenciado que foi dado através dessas medidas provisórias.

Eu posso garantir a vocês, principalmente aos servidores que estão aqui, e aos que estão em seus postos de trabalho, até para não interromper o trabalho que estão fazendo, que o desejo de todos os parlamentares, independentemente de partido, é solucionar esse problema. Eu não vi nenhum deputado até agora vir a esta tribuna defender a ideia de que alguém devesse ganhar de gratificação R\$ 2.200,00, outro R\$ 500,00 e uma grande legião talvez R\$ 40 mil ou R\$ 50 mil.

Nem mesmo o deputado Valdir Cobalchini viria aqui defender essa teoria. Talvez ele mesmo seja contrário a essa posição, mesmo tendo conhecimento privilegiado, mesmo com conhecimento anterior a todos nós aqui do encaminhamento dessas medidas provisórias.

No estado de Minas Gerais, sr. presidente, o governador Aécio Neves encaminhou um pedido parecido com aquele que nós sonhamos e defendemos na Assembleia: deu um aumento linear de 10% para todos os funcionários, e me parece que o governador também se licenciou, para ser candidato ao Senado.

Esse aumento ele deu agora! Não sei quais foram os aumentos dados durante esses sete anos, mas ele deu uma gratificação de 10%, talvez para poder atender todos. Quero dizer com isso que nós perguntamos aqui ontem, inclusive os srs. parlamentares estavam acompanhando, ao presidente da Assembleia qual era o prazo limite em que o governo poderia fazer alguma alteração ou encaminhar uma medida provisória para poder beneficiar todos, e o entendimento desta Casa foi de que era ontem, até a meia-noite. Certamente vocês presenciaram isso, os deputados pelo menos confirmam.

Diante dessa afirmação de que de fato era ontem, até a meia-noite, nós tratamos de localizar o governador, passar a ele a informação, como também à equipe de articulação política, à secretaria da Fazenda, e em seguida o próprio governador nos convocou para uma reunião de líderes no Centro

Administrativo, e assim fizemos. Chamou também a equipe do departamento jurídico, a qual, para decepção de todos que estavam lá, disse e garantiu que ontem era o primeiro dia que já não se poderia mais fazer alguma alteração.

(Manifestações das galerias)

Certamente todos nós ficamos decepcionados com essa posição, a não ser alguém que queira privilegiar alguns, mas a informação que tenho é de que muitos deputados como eu e muitos membros do governo e o atual governador Leonel Pavan também achavam que, se fosse possível, poderiam retirar todas aquelas emendas, fazendo, assim, uma nova medida provisória.

Hoje, pela manhã, todos os líderes dos partidos que têm assento nesta Casa também fizeram uma reunião para ver qual seria a conduta desta Casa diante desse impasse, diante desse descontentamento que foi gerado por uma atitude de alguém, eu acredito, que deve ter feito isso imaginando que iria deixar os funcionários públicos muito alegres, mas que na verdade deu nisso que vocês estão vendo.

(Manifestações das galerias)

Então, eu queria, em nome da liderança do PSDB, assegurar a todos que da mesma maneira como vocês e muitos, repito, estão indignados com essa postura, nós também estamos. Mas há que se buscar todas as maneiras para se corrigir isso.

E eu assumo o compromisso, sr. presidente ...

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha) - Por favor, eu gostaria que o deputado Serafim Venzon fosse ouvido.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu assumo o compromisso, e acredito que ninguém se atreveria a pensar o contrário, de o governador achar uma maneira, e vai ter apoio desta Casa, para corrigir esse descontentamento que acredito que não foi sua vontade original. Não quero culpar ninguém! Absolutamente!

(Manifestações das galerias)

Por fim, sr. presidente, quero encerrar dizendo a todos que acompanham esta sessão que o fato de vocês não se aquietarem fará com que o governo tenha de encontrar uma maneira para resolver esse grande impasse.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado!

Eu pediria, por favor, a todos que respeitassem os deputados quando eles estiverem fazendo uso da palavra.

Todas as pessoas merecem o nosso respeito e eu gostaria que vocês fizessem isso. Podem vaiar depois que o deputado falar, mas enquanto ele estiver fazendo uso da palavra, eu pediria a todos que se contêmam.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, eu desejo, em meu nome e em nome talvez de alguns membros da nossa bancada, externar aqui, como já fiz em outras oportunidades, a minha posição no que diz respeito a esse grande absurdo e a essa grande injustiça que o governo de Santa Catarina está cometendo com o servidores do nosso estado.

Eu não rompi com o governo, mas não tenho compromisso com ele, tenho compromisso com os servidores públicos que, com muitas dificuldades, prestam serviço de excelência ao povo catarinense.

Esse é o compromisso que nós temos que ter, como homens públicos, nas nossas condutas, nas nossas ações, no nosso dia-a-dia.

Eu não posso acreditar, deputado Serafim Venzon, naquilo que v.exa. colocou aqui, dando a impressão de que o governo, com todo o seu *staff*, perdeu o prazo por desconhecimento.

Reuniram-se ontem à noite dotados de ótimas intenções para corrigir as MPs e quando viram, quando se deram conta já havia passado o prazo no dia anterior.

Isso é um absurdo, deputado Serafim Venzon! Isso não pode ser verdade! Nós não podemos acreditar nisso! Nós podemos acreditar, sim, que o governo mandou, propositadamente, para esta Casa medidas provisórias discriminando categorias fundamentais, como é o caso do Iprev, da Procuradoria-Geral do Estado, da administração, fazendo discriminação através do valor dos abonos dos oficiais e dos praças, marginalizando, sobretudo, os nossos técnicos administrativos, os técnicos de enfermagem que trabalham no dia-a-dia, incansavelmente, nos nossos hospitais, no interior de Santa Catarina. Essa é a grande verdade!

Não adianta ficarmos aqui tentando tapar o sol com a peneira! Na semana passada, o governo estava no Japão, ontem estava em Ituporanga. Onde está o governo, afinal de contas? O governo tem que estar aqui junto com o povo, com os deputados, com os catarinenses, para resolver os problemas! Não podemos fugir dos problemas!

Queremos também, sr. presidente, para concluir as nossas palavras, dizer que, por um lado, ficamos felizes, deputado Onofre Santo Agostini, por receber os servidores de Santa Catarina no Parlamento catarinense. Mas ficamos tristes por presenciar, deputado Kennedy Nunes, a presença dos senhores e das senhoras aqui mendigando, com o pires na mão, uma gratificação. Os senhores tinham que estar é lá nos seus postos trabalhando, felizes, motivados, animados, e não aqui mendigando um reajuste de salário, porque cabe ao governo, aos deputados e ao Executivo cumprir com a sua missão e proporcionar um salário justo para vocês que cumprem com suas tarefas no dia-a-dia em Santa Catarina. Isso é que tem que ser feito!

Quero também, sr. presidente, dizer aquilo que foi dito há pouco. Uma política sem critérios, uma política de fatiamento dos reajustes, uma política que beneficia alguns em detrimento de muitos não é bom para o governo, não é bom para os servidores, não é bom para o estado e é péssimo para nós, deputados, porque ontem, na reunião que houve no palácio, um secretário disse - e os servidores confirmaram-me hoje - o seguinte: "Olha, agora a bola está com os deputados. Eles é que têm a solução! Eles é que têm que resolver". E isso não é verdade!

(Palmas das galerias)

Quem tinha que ter resolvido o problema era o Executivo e não o Legislativo. Mas se a bola está conosco, vamos resolver, sim, porque o deputado Jorginho Mello já fez uma emenda, deputado Valdir Cobalchini, para incluir essas categorias. E porque eu também já fiz uma emenda para fazer justiça com o pessoal da Saúde. Está aqui! E fui designado pelo presidente da comissão de Finanças e Tributação para ser o relator da MP n. 0174 que concede o reajuste aos servidores da

Saúde, graças a Deus ou por coincidência, e já entrei com a emenda, deputado Pedro Uczai. E nós vamos emendar não só essa MP, mas todas as MPs que estão nesta Casa.

(Palmas das galerias)

E vamos lutar para que o governo não vete. E se houver dúvida jurídica, vamos brigar na Justiça, sim, porque a causa é justa.

Quero, sr. presidente, encerrar as minhas palavras perguntando ao deputado Serafim Venzon qual foi a decisão do colégio de líderes desta Casa, que se reuniu para tomar uma posição? E nós, por exemplo - e não sei se o deputado Pedro Uczai está sabendo -, não soubemos qual foi a posição que os líderes tomaram. Acho que a posição que temos que tomar, deputado Pedro Uczai, primeiramente, é, primeiro, ficarmos indignados com o governo, que não cumpriu com a sua parte, e, segundo, emendarmos as medidas provisórias e fazermos com que o governo faça justiça aos servidores públicos de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Companheirada, quero cumprimentar aqui os deputados e o pessoal da galeria desta Casa, que está cheia! Por gentileza, você que está filmando o Plenário, filme a galeria também, por favor, onde está o pessoal da Saúde, já que hoje é o Dia Mundial da Saúde.

(Palmas das galerias)

Mas quero dizer, deputados Pedro Uczai e Padre Pedro Baldissera, que não estou entendendo nada! Esta Casa virou a casa do *Samba do crioulo doido*! Porque do dia para a noite a bancada governista não sabe o que o governo mandou, não sabe que dois mais dois são quatro e que quatro mais quatro são oito, deputado Valmir Comin!

Quero convidar o companheiro deputado Darci de Matos - e vou chamá-lo de companheiro - para se filiar no PT, porque o seu discurso foi de Oposição ao lado do deputado Valdir Cobalchini.

Uma coisa vocês têm que ter claro, meus companheiros: não dá para enganar aqui mais ninguém! Nós, aqui na Assembleia, não podemos corrigir equívocos do Executivo. E não cabe a deputado nenhum fazer emendas em medidas provisórias que aumentem despesa!

Então, não dá para eu dizer a vocês que nós iremos corrigir as bobagens que já foram cometidas. Eu sou do PT, eu tenho lado! A minha candidata a governadora todo mundo sabe quem é, a minha candidata a presidente da República todo mundo sabe quem é, mas do jeito que está aí o Orçamento para o ano que vem, na próxima reunião da bancada do PT eu vou sugerir nós apoiarmos o DEM para o governo do estado, porque o jeito que engessaram o Orçamento do estado, o jeito que fizeram, no final, a transferência foi uma grande bobagem!

Então, estamos vendo que temos que corrigir aquilo que o governo, no seu conjunto, permitir.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Se eu der os dez minutos do PT para o deputado Onofre Santo Agostini e o deputado Valdir Cobalchini, não me vai sobrar tempo para depois responder. Mas ouço v.exa., deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Eu quero dizer que se v.exa. votar no candidato do DEM, estará escolhendo o melhor de todos os candidatos.

(Manifestações das galerias)

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Cabe a este Plenário que está aqui decidir.

Mas o que eu entendo, como deputado do Partido dos Trabalhadores, é que este governo que diz que fez tudo por este estado, que melhorou tudo, que no início apresentou aqui que impactaria R\$ 30 milhões, e depois chegou a R\$ 80 milhões... Hoje, na nossa reunião da Mesa, vimos que no ano que vem parece que vai impactar trezentos e poucos milhões.

Ontem, eu estava lá em Ituporanga representando a minha região na Festa da Cebola, deputado Darci de Matos, e, por incrível que pareça, acho que o governador Leonel Pavan estava cumprindo com o seu papel lá. Porque quem governa não significa que tem que estar imbuído das questões, porque tem equipe para isso. Senão também vai para casa! Não sei por que está assumindo!

Mas ele estava, ontem, cumprindo com o seu papel e relatando-me a preocupação que iria ter com o conjunto das medidas provisórias que foram encaminhadas, e até sugerindo que, de repente, nós conseguíssemos "consensoar" aqui para ver esses aumentos que foram dados para uns e para outros, que nós colocássemos tudo no liquidificador e fizessemos uma média para o conjunto, como se esse fosse o nosso papel.

Eu sou da saúde, sou médico. Fui prefeito e sei que um governante tem que ter responsabilidade social e fiscal, mas tem que ter responsabilidade, principalmente, com quem está na ponta. Sei o que tem feito o conjunto dos funcionários públicos do estado, que cumpre com o seu papel. Mas se analisarmos esse pacote de medidas provisórias enviadas, veremos que nem se preocuparam com o piso nacional de salários, instituído por lei! O estudo do impacto da folha de pagamentos não levou em conta o piso nacional de salário dos professores, o que dá outro grande montante, e nós temos que ter clareza disso.

Por isso estou vendo, nessa transferência de administrações, por incrível que pareça, o governo estimulando a greve! Só falta o governo ser o piqueteiro dessa greve, porque do jeito que fizeram, os funcionários têm que fazer greve mesmo, por falta de responsabilidade com o funcionalismo público deste estado!

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Valdir Cobalchini, vou, rapidamente, conceder-lhe um aparte. Agora é o tempo do PT e o PMDB é o partido que tem o latifúndio do tempo. Portanto, v.exa. poderia ter ocupado o horário do seu partido. Mas vou ter o imenso prazer de debater a irresponsabilidade das medidas provisórias, a irresponsabilidade do momento em que isso foi mandado, a irresponsabilidade da falta de planejamento e de debate com as lideranças desta Casa!

Na semana passada, quando eu estava como presidente interino, às 20h eu estava aqui com o deputado Elizeu Mattos, que não sabia o conteúdo das medidas provisórias que estavam nesta Casa. Então, nós temos que ter claro o que isso representa!

Vou conceder-lhe 30 segundos, deputado Valdir Cobalchini. E desculpe-me pelo prazo exíguo que lhe cedo!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Deputado, apenas por uma questão de justiça, quero dizer que v.exa. esqueceu de citar o secretário da Fazenda e o secretário de Administração.

Todos esses projetos, exceto o da Saúde - e eu também discordo da forma como foram concebidos pela secretaria da Administração e amplamente discutidos pela secretaria da Fazenda.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - E quero dizer que um fez o planejamento, o outro encaminhou e o outro aqui não sabia. Então, realmente tenho de concluir dizendo que este governo fez a transferência com um verdadeiro *Samba do Crioulo Doido*.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham, funcionários que estão aqui fazendo vigília em prol dos seus direitos, quero cumprimentá-los e dizer que hoje é o Dia do Jornalista, aquela pessoa que tem o papel fundamental de levar as informações precisas aos lares, de levar em primeira mão a notícia de todos os acontecimentos, das tragédias. E vemos nos jornais o que está acontecendo no Rio de Janeiro. É quase parecido com o que aconteceu no nosso estado.

Então, quero parabenizar todos os jornalistas e dizer que amanhã, 8 de abril, é o Dia Mundial de Combate ao Câncer. E, falando em câncer, gostaria de dizer que o câncer mais maligno que existe é a injustiça social que acontece em várias categorias.

Mas, falando do câncer, quero dizer que a Rede Feminina de Combate ao Câncer tem feito um trabalho magnífico no estado de Santa Catarina. Nós temos as redes espalhadas por diversos municípios do estado de Santa Catarina, e elas dão sustentação e apoio ao exame de colo de útero e mamografia.

Quero dizer que essas mulheres, muitas vezes, arrecadam alguns produtos e fazem feiras. Muitas vezes em frente ao Supermercado Hippo podemos encontrar trabalhos artesanais expostos para serem vendidos e assim elas conseguem comprar luvas e materiais para se fazer o exame de câncer de colo de útero. O câncer de colo de útero e o câncer de mama são os que mais matam as mulheres.

Então, quero fazer um alerta a todas as mulheres, porque no nosso estado nascem mais mulheres do que homens. Por isso faço um apelo às mulheres para que façam o exame preventivo.

Lançamos, no plenarinho desta Casa, a lei que dá gratuidade às mulheres, acima de 40 anos de idade, para o exame de mamografia através do SUS. O nosso colega deputado Dado Cherech, que esteve à frente da secretaria da Saúde, deu muito apoio quando essa lei foi apreciada e votada. E é uma lei federal.

Assim, fazemos um alerta às mulheres: temos de cuidar da nossa saúde. E é com a prevenção que cuidamos dela, fazendo periodicamente o exame de colo de útero. Se não conseguirmos fazer o exame, a mulher deve

procurar a Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Muito obrigada, sr. presidente, pela oportunidade!

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0173/2010 e 0174/2010, de autoria do deputado Ozair Coelho de Souza; 0175/2010 e 0176/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0177/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0178/2010, de autoria da bancada do PP; 0179/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0180/2010, de autoria do deputado Dado Cherech; 0181/2010, 0182/2010, 0183/2010 e 0184/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0185/2010, de autoria do deputado Darci de Matos; 0186/2010 e 0187/2010, de autoria do deputado Silvio Dreveck; e 0188/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0379/2010, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0380/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0381/2010 e 0382/2010, de autoria do deputado Darci de Matos; 0386/2010, de autoria do deputado Pedro Ucazi; 0387/2010, de autorias do deputado Décio Góes; 0388/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0389/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0390/2010, 0391/2010, 0392/2010 e 0393/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0394/2010, 0395/2010, 0396/2010, 0397/2010, 0398/2010, 0399/2010, 0400/2010 e 0401/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0402/2010 e 0403/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0404/2010, 0405/2010 e 0406/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de assinar dois requerimentos já lidos, porque hoje se comemora o Dia do Jornalista. Eu, como jornalista, gostaria de deixar aqui a minha homenagem a todos os colegas, sendo jornalista com ou sem diploma, pois eles são indispensáveis no processo da democracia. Somos nós, jornalistas, que temos a responsabilidade de passar os fatos que acontecem durante o dia.

Sei que todos que estão aqui dentro vão irmanar-se nesse abraço que dou a todos os jornalistas do Brasil.

E se hoje estamos defendendo o projeto da ficha limpa, se estamos denunciando toda essa corrupção que, infelizmente, existe na política, a prática do jornalismo investigativo e sério deve ser aplaudida.

Por isso o meu respeito a todos nós, jornalistas, neste dia!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, hoje é o dia em que se comemora o Dia do Jornalista, e eu gostaria de assinar esse requerimento.

Quero citar aqui uma frase: "O jornalismo é antes de tudo e sobretudo a prática diária da inteligência e o exercício cotidiano do caráter".

Então, é dessa forma que, como parlamentar, quero homenagear todos os jornalistas que realizam um trabalho que às vezes é incompreendido por alguns, mas que é imprescindível no exercício da democracia.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo fazer menção à indicação que v.exa. acabou de deferir, que solicita ao secretário da Segurança Pública e ao diretor do Detran que se conceda isenção de impostos aos deficientes na aquisição de veículos.

Na verdade, essa proposição se refere às pessoas em Santa Catarina que são consideradas deficientes e ainda não gozam desse direito. Portanto, no meu entendimento, essa indicação é da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Finda a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Kennedy Nunes, por dez minutos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Kennedy Nunes, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori.

(Pausa)

Na ausência do deputado Reno Caramori, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck.

(Pausa)

Na ausência do deputado Silvio Dreveck, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, servidores públicos que nos acompanham na sessão de hoje. Há dias em que a coisa anda numa velocidade importante aqui. Interessante, há aqui mensagens de veto que já fizeram quarentena e que não foram avaliadas ainda. Há projetos de lei para serem votados, moções etc., mas não há quórum a esta hora da tarde, o que demonstra que alguma coisa inusitada está acontecendo neste Poder Legislativo, que por certo tem a ver com as dificuldades também do Poder Executivo.

Estava falando aqui nos cinco minutos anteriores, e por certo falta muito tempo para falar, para explicar, para expor essa realidade. Estão até agora confirmadas 20 exclusões de policiais militares, de praças da Polícia Militar. Exclusão de policiais militares quer dizer que eles são expulsos da corporação, mandados embora. A maioria deles estava com mais de 20 anos de serviço, alguns já eram aposentados, o que chamamos de reserva remunerada.

Por que esses trabalhadores, todos honestos, com um excepcional comportamento - e esse é o melhor comportamento na carreira do militar - estão sendo excluídos? Em virtude daquele movimento que foi realizado pela Aprasc, por nós, pelas esposas de policiais e de bombeiros militares, no final de 2008, no Natal de 2008. Do dia 22 até o dia 27 de dezembro de 2008 nós passamos na frente dos quartéis, em várias cidades de Santa Catarina, aqui, na grande Florianópolis, em todo o oeste de Santa Catarina e em outras regiões do estado também.

Por que aconteceu isso? Aconteceu porque o governador Luiz Henrique não honrou a sua palavra com relação à lei que ele próprio assinou, a Lei Complementar n. 254, aprovada em novembro de 2003 nesta Assembléia, que foi discutida durante meses e meses seguidos por uma comissão com todas as entidades representativas dos servidores públicos da Segurança.

Havia a promessa do governador Luiz Henrique pagar a Lei n. 254 naquele mandato. Pagou uma parte na forma de abono, outra parte na forma de percentual e parou de pagar. Assim que foi reeleito, Luiz Henrique se esqueceu de seus compromissos com os seus servidores estaduais e esqueceu, inclusive, de manter uma linha de diálogo com os servidores estaduais. Nenhum sindicato representativo dos servidores públicos do estado de Santa Catarina foi recebido no segundo mandato do Luiz Henrique, nenhum! No máximo o que os sindicatos conseguiram foi conversar com a secretária, e o SindSaúde inclusive teve êxito nesse diálogo com a secretária da Saúde do nosso estado, como já registramos aqui.

Na Segurança Pública, o então secretário, e agora de volta deputado, pode nos ajudar a lembrar isso. No começo de 2007 ele próprio já dizia que a Lei n. 254 era inviável. Ele mesmo dizia que foi um elefante branco. Pelos cálculos do governo custaria R\$ 17 milhões para pagar o que faltava, mas na nossa conta custaria R\$ 12 milhões. Agora estão falando em gastar R\$ 80 milhões?

Os secretários e o governador passaram a ir aos meios de comunicação dizer que a Lei de Responsabilidade Fiscal impedia o pagamento da Lei n. 254. Na semana passada, o atual secretário da Fazenda disse que o estado está gastando 37% da receita corrente líquida com os salários, e todos nós sabemos que pode gastar até um limite máximo de 49%. Ou seja, está gastando 12% a menos de uma receita de quase R\$ 1 bilhão! Ou seja, daria para ter feito uma política salarial com ganho real de salário para todos os servidores do estado.

Luiz Henrique, já em 2003, optou pela política do abono. Qual era o argumento que Luiz Henrique usava? Ele falou inclusive aqui nesta tribuna: "O abono faz justiça principalmente para quem ganha menos, porque, se eu der 10%, quem ganha R\$ 400,00 só vai ganhar R\$ 40,00 de incremento salarial e quem ganha R\$ 10 mil vai ganhar R\$ 1 mil de incremento". Portanto, ele justificava a política de abono argumentando que queria beneficiar quem ganhava menos.

Basta analisarmos esse discurso com o que está acontecendo no estado de Santa Catarina nas últimas semanas que veremos que ele faz exatamente o contrário. Ou seja, está dando R\$ 2 mil para poucos, para 5%, R\$ 1 mil para o pessoal técnico e nada para quem está no hospital. Para todos os oficiais da Polícia Militar são R\$ 2.000,00 e R\$ 250,00 para o soldado, o cabo, o sargento e o subtenente. Isso é o oposto daquilo que ele discursava!

Buscamos negociar reiteradas vezes, até que a paciência foi ao limite, e saiu o movimento no final de 2008. No dia 24 de dezembro de 2008 tentamos, por nossa iniciativa, estabelecer diálogo com as autoridades do governo. Falamos por telefone com o secretário de Segurança Pública e com o comandante geral. Marcamos a reunião para a manhã seguinte. Eles foram. Saíram para conversar com outras autoridades do governo e não voltaram mais! O Luiz Henrique em pessoa desautorizou o secretário de Segurança, Ronaldo Benedet, e o comandante geral a continuar dialogando com a Associação de Praças e com o movimento das mulheres.

Na área da Educação é mais grave ainda! Há um interdito proibitório do secretário Paulo Bauer para que o Sinte não possa se aproximar do prédio da secretária da Educação. Ai ter que ouvir de dentro do palácio na noite de ontem que as entidades não reivindicaram? Dizer que o SindSaúde não mandou ofício? Tem um quilo de ofício que o SindSaúde mandou para as autoridades do governo, para o secretário, para Luiz Henrique e para os deputados da base governista.

No segundo mandato Luiz Henrique tentou aniquilar as entidades representativas dos servidores públicos estaduais e no final do mandato pega R\$ 80 milhões e dá para os seus amigos. É uma política eleitoral por parte daqueles que fizeram isso. Nós vimos aqui, não fui eu quem disse!

Os deputados do DEM vieram aqui, nesta tribuna, dizer que não têm responsabilidade nenhuma, que inclusive já saíram do governo, e protestaram contra a discriminação. Ai vem o ex-secretário da Articulação, o agora deputado Valdir Cobalchini, naquele microfone, há 10 minutos, dizer que ele já pegou tudo pronto dos secretários do DEM!

Quem está falando a verdade para os servidores públicos neste estado? Que governo é este? Que governo é este?

Ai todo mundo fala em abrandamento, srs. deputados do PSDB e demais lideranças do PSDB do estado de Santa Catarina. Todo mundo fala em abrandamento. O governador foi viajar e anunciou quem seria o novo comandante geral. Já faz 12 dias. E o ex-comandante, o velho comandante do Luiz Henrique, de tantos anos atrás, que parece até eterno, continua lá sentado mandando mais praças para rua da Polícia Militar, justamente porque nós pedimos justiça salarial, justamente porque pedimos que a diferença entre o maior e o menor salário seja de no máximo quatro vezes.

Estão aqui presentes, nesta tarde, vários companheiros que foram excluídos da Polícia Militar, esposas de policiais que foram excluídos, expulsos da Polícia Militar, porque nós lutamos por justiça salarial, lutamos por igualdade de tratamento. E o governador Leonel Pavan até agora não tomou nenhuma providência para começar a reverter essa triste e trágica situação que os servidores públicos têm vivido em Santa Catarina.

Ai chamam a nós, os companheiros da Aprasc que estão aqui, as mulheres que lutam no Sindsaúde, os demais servidores públicos, de radicais. Eles usam todo um radicalismo, uma violência total às leis estaduais e federais, e mandam para rua policiais honestos, desrespeitando todas as instâncias de poder do estado, inclusive do Tribunal de Justiça, e nós é que somos radicais. Nós queremos mudar essa realidade.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, antes de falar sobre o tema específico, motivo pelo qual assomei a esta tribuna, não posso deixar de fazer, deputado Padre Pedro Baldissera, um comentário novamente a respeito do que estávamos vivenciando hoje, neste plenário, e que vivenciamos no dia de ontem, também, aqui, no Parlamento catarinense. E o que mais me chamou a atenção foi quando o deputado Valdir Cobalchini trouxe, em aparte, a tentativa de dizer, sim, que governaram por sete anos, o PSDB, o PMDB e o DEM, e que agora ninguém quer assumir a paternidade nem dos projetos de leis nem das medidas provisórias deixando, assim, a batata quente nas mãos do Parlamento.

Os deputados da base do governo por sete anos fizeram discurso. Os ex-secretários até ontem eram daqueles partidos, mas hoje, como deputados, fazem desta tribuna discurso de oposição. Há alguma coisa despolitizada dentro desse processo, há alguma coisa misturada nesse processo.

Diz uma expressão popular que quem pariu que embale. E ninguém quer embalar. Mas certamente vai haver quem vá querer embalar a parte boa, o pacotinho do bem, dos amigos do rei, aqueles que ganharam gratificações razoáveis. Ai vai haver cabos eleitorais que estarão no dia-a-dia na manutenção do *status quo*, na manutenção das posições políticas num período eleitoral.

O que me chama a atenção é que veio o projeto de lei, que poderíamos alterar em tempo hábil legal, mas foi substituído por medida provisória. As medidas provisórias atenderam a uma parte e não atenderam à outra. E não podemos alterar teoricamente, embora eu tenha outra convicção, deputado Padre Pedro Baldissera, a de que vamos aperfeiçoar.

A nossa bancada apresentou 12 emendas para alterar e aperfeiçoar aquilo que consideramos injustiça, como sempre fizemos aqui no papel de oposição, para que independentemente da lei eleitoral se garanta o direito. Mas quando sobra para poucos não é direito, é privilégio. Privilégio não é direito; é preciso universalizar para todos para poder virar direito.

Faremos o nosso papel e queremos efetivamente que este governo faça o seu. Um governo que assume meio atrapalhado antes do tempo, com a posse do governador antecipada, atrapalha-se nas medidas provisórias, atrapalha-se no impacto financeiro e deixa 95% dos trabalhadores de fora, em que os técnicos não se entendem, os secretários não se entendem, os deputados da base do governo não se entendem.

Eu ouvi o discurso do deputado Serafim Venzon, hoje, e não entendi nada do que ele falou. Eu não entendi nada! Eu não entendi nada do que o líder do PSDB falou na tribuna nesta tarde. Eu preciso de um intérprete para que ele me explique o que foi falado do compromisso do governo com os servidores da Saúde, por exemplo, porque eu não entendi nada. Eu preciso que alguém me ajude a interpretar o que o líder do PSDB falou aqui nesta tribuna, porque não compreendi. Mesmo com a minha experiência de 20 anos na universidade como professor eu não tive a capacidade de compreender o discurso do deputado Serafim Venzon sobre o que o governo vai resolver, porque as medidas provisórias estão na Assembleia, e ele disse que o governador Leonel Pavan vai resolver.

Como o governador vai resolver, se as medidas provisórias estão aqui? Como ele está bem intencionado, se ontem recebeu o recado dos técnicos de que já venceu o prazo? E depois os próprios técnicos dizem que é inconstitucional nós apresentarmos emendas, porque mexe com recursos e com finanças. Eu não entendi aonde vamos parar! Ou então estão fazendo discurso para esconder, escamotear os verdadeiros interesses e não serem vaiados dentro da Assembleia por todos os servidores que aqui estão.

Portanto, precisamos efetivamente pensar numa outra perspectiva e construir outro projeto para Santa Catarina, porque essa perspectiva eleitoral foi um tiro no pé, foi brasa no assado.

Tentaram fazer um projeto eleitoral em véspera de eleição e cometeram injustiças. E duvido que um servidor da Saúde que ganhou sinte-se bem ao lado do outro que está na mesma sala e que não ganhou. Então, é preciso fazer mudanças e um projeto político diferente para Santa Catarina.

Então, agora o DEM, que tem um secretário na Administração, um secretário na Fazenda, não é mais governo? Mas eles foram governo até ontem! Eu não estou entendendo mais nada. Eu preciso ouvir o discurso dos deputados Darci de Matos, Cesar Souza Júnior e dos demais deputados do DEM novamente, porque não estou entendendo mais nada. Foram sete anos de boa convivência, de bons cargos. Também quero ver se todos já saíram do governo, porque sempre um carguinho é bom, uma diretoria aqui, outra lá, sempre é coisa boa. Precisamos ver como estão as decisões dessa triplice aliança construída nesses sete anos.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Pedro Uczai, estou achando estranho que só restou o deputado Narcizo Parisotto em plenário. E ele já disse que está louco para vir para o lado de cá. Seja bem-vindo. Tenho certeza de que será bem recebido e terá uma boa aceitação.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Pedro Uczai, estou achando estranho que só restou o deputado Narcizo Parisotto em plenário. E ele já disse que está louco para vir para o lado de cá. Seja bem-vindo. Tenho certeza de que será bem recebido e terá uma boa aceitação.

É lamentável, não tem ninguém! Ah, está aqui também o deputado Moacir Sopelsa. O deputado Jean Kuhlmann estava presente há pouco e também sumiu, mas estava representando o PFL.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Realmente nós sentimos o governo extremamente perdido. Só para que os ouvintes da TVAL e quem está aqui presente no plenário tenham ideia, deputado Pedro Uzaí, hoje, pela manhã, o líder do governo nos chamou para uma reunião, e até esta reunião praticamente acabar só estava presente a bancada da Oposição. Eu até perguntei para o líder do governo se a base do governo não vinha, porque os deputados do PSDB e do DEM, até aquele momento, não haviam chegado para a reunião. Então, a situação é essa.

Agora, vem o DEM falar de um jeito que parece que nunca esteve no governo; parece que nunca governaram Santa Catarina. E, realmente, com relação ao deputado Serafim Venzon, vamos precisar ver as notas taquigráficas para saber o que ele quis dizer com o seu discurso.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado, já que fui citado, só quero aqui fazer um esclarecimento. Eu acho que poderia vir aqui fazer um discurso político e demagógico, mas v.exa. sabe que essa não é a minha postura. E com a minha postura, acima de tudo como cidadão e como deputado estadual do Democratas por esta Casa, eleito pela população como fui, com a história política que tenho, quero dizer a v.exa., com muito tranqüilidade, que o Democratas, pelas atitudes que foram tomadas pelo secretário Antônio Gavazzoni e por qualquer outro secretário do partido, é responsável por aquilo que os seus integrantes assinam, assim como por aquilo que os seus parlamentares votam nesta Casa, sim. Nós, como políticos, acima de tudo, temos que ter dignidade e saber defender quem é do partido e também nos posicionar contra quando temos que ser contra. Mas quanto àquilo que os membros do Democratas assinam, e todos os deputados aqui não podem negar, faz parte da mesma base.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Srs. deputados, eu coordeno a Frente Parlamentar das Ferrovias e no final do ano fizemos um acordo nesta Casa para criarmos a Ferrosul, a Companhia do Sul, abrangendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Conseguimos num acordo com o governador, inclusive conversei pessoalmente com ele, que apresentásemos uma emenda para podermos votar sobre a Companhia do Sul, criando a Ferrosul. A partir desse acordo e acreditado que ainda se mantém - apresentei a regulamentação desse artigo, no sentido da autorização da sua criação pelo governo do estado. Apresentamos esse projeto de lei para que os quatro estados possam constituir a Ferrosul. E a boa notícia é que além da Ferrovia da Integração, a Ferrosul foi contemplada, incluída no PAC 2.

O Paraná já votou o projeto de constituição da Companhia do Sul e queremos, então, de forma rápida aprová-lo no âmbito desta Casa, para que fique autorizada a constituição da Ferrosul e aí transformar o nosso estado com uma perspectiva de desenvolvimento social e econômico.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, até por estar preocupado com as pessoas que estão aqui e para que nós, a Assembleia Legislativa, não faça o mesmo que o governo está fazendo com o funcionalismo público, que é o banho-maria, gostaria de perguntar a v.exa. se vai haver alguma votação hoje aqui, até para que possamos dizer para os servidores que estão aqui se eles precisam ficar ou não. Vai haver alguma votação ainda hoje, sr. presidente?

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Kennedy Nunes, a Ordem do Dia já passou. Estamos no horário de Explicação Pessoal.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, sr. presidente.

Então, só vamos avisar que não vai haver mais votação no dia de hoje, pois não queremos fazer o mesmo jogo que o governo está fazendo, ou seja, enrolar vocês.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, só quero dizer que não dá para entender esse esvaziamento. Esse povo todo aqui está querendo uma resposta desde ontem, com essa enrolação de espera até meia-noite. É um grande desrespeito com esses servidores, e não é possível que isso continue assim. Isso não vai acabar bem, do jeito que está indo. Estou honestamente, presidente, muito preocupado, porque a paciência desse povo tem limite. E daqui a pouco não sabemos até aonde vai.

(Palmas das galerias)

Por outro lado, quero aproveitar para cumprimentar todos os jornalistas pela passagem do seu dia, todos que atuam aqui, nesta Casa, os nossos servidores que fazem a cobertura dos trabalhos diariamente aqui. Hoje é o Dia do Jornalista, por isso quero cumprimentá-los pelo importante papel que desempenham na sociedade e na construção da democracia.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Primeiro, quero também saudar todos os jornalistas, principalmente aqueles que nos acompanham no nosso dia-a-dia, por essa importante profissão que comunica para a sociedade, inclusive o nosso trabalho aqui nesta Casa.

Quero dizer que na reunião de hoje pela manhã com o líder do governo ficou mais ou menos estabelecido que dessemos prioridade para a votação das medidas provisórias que não versem sobre gratificação. As demais, por exemplo, como a descompactação da tabela e outras medidas que não existe polêmica, votaremos logo. As matérias polêmicas, como a das gratificações, estão esperando uma sinalização melhor do governo. Então, foi isso que pactuamos hoje pela manhã.

Segundo, já requeri à mesa, para depois das falas dos deputados Jailson Lima e Silvio Dreveck, que já estão inscritos, dez minutos para o presidente do sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público, manifestar-se, inclusive, sobre esses projetos que estão tramitando na Casa.

Por isso, acho que é importante que o pessoal fique e acompanhe essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Nós vamos, após as falas dos deputados Jailson Lima e Silvio Dreveck, atender ao pleito de v.exa, através do requerimento enviado à Mesa, com a concordância dos líderes presentes.

Esta Presidência quer registrar aqui os nossos parabéns, os nossos cumprimentos a todos os jornalistas pela passagem do seu dia. Não tenho nenhuma dúvida de que esse trabalho realizado pelos jornalistas, que levam todas as informações a toda a nossa gente, é um trabalho que nos orgulha muito. Queremos especialmente cumprimentar todos aqueles que fazem a cobertura das informações aqui nesta Casa.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, deputado Joares Ponticelli, ocupei a tribuna

novamente porque vi que não havia ninguém inscrito. Tinha sido chamado rapidamente e quando voltei repentinamente toda a base do governo desta Casa havia-se retirado.

Com a vinda do deputado Narcizo Parisotto, quando foi citado aqui, já que está aqui o deputado Padre Pedro Baldissera também, gostaria de sugerir que devemos aproveitar para fazer um culto ecumênico com o governo, porque desejo que o governo Leonel Pavan termine bem, pois logicamente isso é bom para o povo catarinense. Que ele faça o melhor possível.

Mas o fato de não ter ninguém mais aqui inscrito e a base do governo ter sumido é um sintoma extremamente crítico, se pensarmos neste resto de tempo que o governo tem, porque o bom parlamentar, o cidadão comprometido com o seu partido, está aqui nos bons e nos maus momentos. Esse é o verdadeiro amigo, é o verdadeiro companheiro, a exemplo do que foi a nossa guerreira senadora Ideli Salvatti com o governo Lula.

Agora, repentinamente, parece que a água começa a entrar no navio e todo mundo começa a fugir. Acho que aqui, se depender de nós, eu que sou da Oposição, ficaremos para ajudar o funcionalismo para que não tenha tanto prejuízo como já está tendo. O problema é que a injeção já foi colocada na veia e não dá mais para buscar a matéria-prima, ela já se disseminou pelo corpo, a questão é a intensidade da dose que vem para complementar.

Então, estamos muito tranquilos para dizer isso, pois quem usou até agora o governo que continue assumindo suas posições, no sentido de manter pelo menos o menor prejuízo possível para o funcionalismo e para o estado de Santa Catarina.

Quanto aos companheiros da Saúde que aqui vieram, continuem vindo e continuem sabendo que o voto é a ferramenta para a mudança disso; que o voto é a arma da igualdade. E cada um vale um, ou seja, o do governador, o do deputado e do cidadão que vota são iguais. Mas não sejam mais enganados! E aqui não nos vamos enganar! O meu candidato ao governo foi um, não foi o que está aí; o meu presidente está aí, o nosso Lulinha é quase uma unanimidade internacional. Como aqui a maioria eram mulheres, e este é o ano das mulheres, não se esqueçam disso lá e no estado também.

Então, faço essas colocações, porque entendo que o Parlamento catarinense continuará tendo maturidade para manter esse bom debate. E o meu papel, como deputado do Partido dos Trabalhadores, além de discutir o problema claramente, é trabalhar para não enganar mais ninguém e deixar claro que deputado não pode gerar despesas com emendas e com medidas provisórias; que quem manda medidas provisórias é o governo, não os deputados que aqui estão. E precisamos ser o mais racional possível e encaminhar para que haja o menor prejuízo possível ao funcionalismo público.

Ao mesmo tempo quero parabenizar o delegado geral da Polícia Civil, Ademir Serafim, que foi delegado na cidade de Rio do Sul, o dr. André Luiz Mendes que assumirá a secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, que também é delegado de carreira naquele município. Eu os tenho como figuras boas, com responsabilidade pela segurança e acho que o governador Leonel Pavan fez uma boa escolha, tendo em vista que são figuras históricas da segurança pública e da Polícia Civil do estado.

Quero, também, já que agora não é horário do partido, fazer um registro, deputado Moacir Sopelsa, principalmente aos nossos

companheiros do PT, porque hoje casualmente saiu uma nota no *Diário Catarinense*, por incrível que pareça, deputada Ana Paula Lima, dizendo que há petista preocupado com minha licença para assumir o suplente. O meu suplente é o deputado Dentinho, de Joinville. Rio do Sul fez a primeira experiência em Santa Catarina de um vereador que pediu licença para o suplente assumir, com o nosso vereador Chavinho.

Então, tenho essa responsabilidade. E se há algum petista preocupado com isso, com certeza não está tão preocupado com o partido, porque ele não me conhece, pois sei das minhas responsabilidades. Quero permitir e tenho convicção de que aqui o ex-deputado Dentinho, o nosso suplente, estará falando sobre o nosso governo de Rio do Sul, de Joinville, do nosso prefeito Carlito Merss, fazendo um bom debate, deputado Kennedy Nunes, com v.exa., ele que conhece muito mais Joinville, porque sei que o deputado Carlito Merss está fazendo um bom mandato, com mudanças gradativas e que o povo de Joinville há de reconhecê-lo à medida que as coisas vão andando.

Por isso, hoje, também, no Dia Mundial da Saúde, quero aqui me solidarizar com o vereador de Guaramirim, da família Mannes, que era o presidente da Câmara, que faleceu ontem, com 43 anos, se não me engano, de enfarto agudo do miocárdio.

É importante principalmente fazer muito exercício, pois nós que temos uma atividade pública acabamos tendo uma vida bastante intensa e muitas vezes não nos cuidamos adequadamente na questão alimentar e principalmente na questão da atividade física. Por isso, a nossa solidariedade ao povo de Guaramirim. Ele era vereador do PSDB, um bom vereador, uma figura estimada pelo papel que desenvolveu na cidade de Guaramirim.

No mais, convidamos os servidores da Saúde do estado de Santa Catarina para que continuem fazendo-se presentes nesta Casa, porque quem sabe se eles ficarem aqui permanentemente, deputado Moacir Sopelsa, até o final do ano, nós vamos ter só Oposição aqui nesta Casa, porque se observarmos, metade do plenário da Assembleia Legislativa hoje está basicamente vazio. Estão aqui os deputados Valdir Cobalchini, Ronaldo Benedit e Moacir Sopelsa, que preside a sessão.

Portanto, permaneçam presentes aqui, venham fazer um bom debate, fiscalizar, discutir e não se esqueçam de que o seu voto este ano é a ferramenta de mudança para o estado catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Silvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, nos últimos dias estamos convivendo com uma situação inusitada em Santa Catarina. Eu estou aqui apenas há três anos e três meses, deputado Kennedy Nunes, com v.exa., mas tenho acompanhado os nossos deputados de Oposição, desde o primeiro ano de mandato do governo que renunciou há poucos dias, a respeito - e não dá para chamar de política - dessa lambança de concessão de abonos, de gratificações.

Srs. deputados, não foi por falta de aviso nesta Casa, por parte da Oposição, que foi inteligente e responsável em alertar o governo, pedir e fazer uma crítica construtiva

para que o governo estabelecesse uma política de reconhecimento ao servidor público desde o primeiro dia do seu governo. Mas o governo nunca ouviu. Nunca fez a revisão salarial conforme determina a Constituição Federal. O aposentado ganhou apenas 1%, e não é agora em sete dias que vai resolver o problema, deputada Ana Paula Lima, um governo que teve sete anos e três meses, deputado Kennedy Nunes, e não foi responsável para encaminhar a esta Casa a revisão salarial e fazer justiça com aquele servidor que está lá nos municípios, seja da Saúde, da Educação, da Segurança, da Polícia Militar, enfim, de todas as áreas.

Ele mandou para esta Casa, antes de deixar o governo, um pacote de injustiças, porque não estendeu ao servidor catarinense o que seria justo e merecido para todos os servidores. Além disso, está comprometendo o próximo governo, independentemente partido que assumir, que vai ter um problema seriíssimo. E o argumento de que em sete anos não poderia conceder aumento para todos os funcionários era porque havia limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas como que de repente surge um milagre para conceder essas gratificações, abonos e outros benefícios para um determinado número de funcionários? Esqueceram-se, acredito eu, intencionalmente, que em sete anos não lembraram do funcionalismo público. Então, será que em apenas sete dias encaminharão para esta Casa projetos ou medidas provisórias para trazer uma solução ao nosso funcionalismo?

E nós estaremos aqui certamente para debater essas medidas provisórias, para debater esses projetos até o limite que a lei nos permitir agir, para fazer o melhor a todos, mas vamos continuar sendo críticos.

Eu pergunto: que modelo de gestão o ex-governo aplicou em Santa Catarina? Que modelo de gerenciamento é esse? Porque ele, teoricamente, levou aos quatro cantos do estado que era o modelo da descentralização. Descentralização esta que concede reajustes ou benefícios apenas para aqueles que ganham mais e que estão na capital. É esse o modelo da descentralização!

E eu não poderia deixar de registrar também, nessa mesma linha, srs. deputados, o que está acontecendo em Santa Catarina. Poderíamos falar da educação, da saúde ou da segurança, mas quero me ater a algumas rodovias catarinenses, pois também é muito questionável e duvidoso esse modelo chamado descentralização. Ficou só na teoria, porque na prática não funciona.

Digo isso porque a nossa SC-301, mais precisamente a serra Dona Francisca, que vai de Joinville até São Bento do Sul, que era um modelo de conservação, de sinalização, para todos os usuários, está no abandono, de tal forma que a mata se sobrepõe às calhas, à sinalização. Estamos chegando à época do inverno, e a neblina é muito mais intensa. E além de ser lamentável a falta de manutenção que está comprometendo a rodovia, a falta de segurança por conta dessa má conservação vai trazer prejuízos principalmente para os usuários.

Não é diferente na serra do Rio do Rasto, que a população está clamando também pela manutenção; não é diferente na rodovia dos Móveis, que faz a ligação de São Bento do Sul com o estado do Paraná, passando pelo bairro de Mato Preto, distrito de Fragosa, município de Campo Alegre. E com as chuvas que aconteceram há pouco tempo, muitos lugares ficaram comprometidos e não há nenhuma perspectiva, apenas meia pista, com algumas placas de má sinalização.

Eu acabo de receber, hoje, deputado Kennedy Nunes, de São Bento do Sul, o jornal *A Gazeta*, que v.ex.a. conhece, que traz uma matéria ampla destacando a rodovia SC-422, que faz a ligação de Rio Negrinho com o distrito de Volta Grande, no próprio município de Rio Negrinho, que por sua vez faz ligação com outros municípios. O título da matéria é o seguinte: "Volta Grande, um velho problema revivido a cada chuva".

Essa é uma obra que se está arrastando por quatro anos, assim como a rodovia que faz a ligação de Itaiópolis com Moema, Bom Sucesso, que se está arrastando por sete anos, sem conclusão, o que é um desperdício do dinheiro público.

São obras que foram iniciadas, mas que não tiveram sequência, trazendo sérios problemas aos usuários. São obras que são construídas ou realizadas em determinados períodos, aí vem a chuva e destrói tudo, e está aqui a prova disso. Isso significa desperdício do dinheiro público.

Então, mais uma vez, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, é o desperdício do dinheiro público nesse modelo chamado descentralização, que é um modelo teórico, porque na prática não está funcionando. E a constatação é da população, a qual se está manifestando por uma conclusão que não acontece.

Certamente vai terminar o seu mandato, ou já renunciou ao mandato, e acaba numa situação melancólica, para não dizer outra coisa, srs. deputados.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Tendo em vista o requerimento apresentado nesta mesa com a assinatura das lideranças partidárias, esta Presidência suspenderá a sessão por dez minutos para que possa assomar à tribuna o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual, sr. Mário Antônio da Silva, que se irá manifestar sobre a política de reajuste salarial.

Seja bem-vindo a esta Casa.

Nós sabemos que o funcionalismo tem, diante da sua figura, um grande representante. Por isso, para nós é um imenso orgulho suspendermos a sessão, para que faça uso da tribuna por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, é com satisfação que estamos aqui para, em primeiro lugar, fazer uma homenagem aos jornalistas formados, porque hoje é o Dia do Jornalista, exatamente pelos princípios de liberdade que representa a imprensa no mundo e no país.

Os princípios de liberdade são garantidos por uma imprensa livre, formada por jornalistas com curso superior, como as profissões de médico, dentista, advogado, engenheiro, sendo que o jornalista merece esse reconhecimento da sua profissão, pois ele se prepara para exercer uma função honrada, digna e, acima de tudo, muito importante, já que garante a democracia no nosso país.

Lutador que fomos pelos direitos e garantias individuais, por liberdade de expressão, por liberdade democrática, pela volta do estado de direito do país, a imprensa foi fundamental. Por isso a nossa homenagem aos jornalistas do Brasil e do mundo.

Como secretário da Segurança que fui recebi muitas vezes críticas e elogios da

imprensa, mas sempre soube aceitá-las de forma democrática, porque sem imprensa a sociedade não se sustenta. Por isso, jornalistas do nosso estado, recebam as nossas homenagens na data de hoje, que é o dia dedicado à sua profissão.

Eu não poderia deixar de vir a esta tribuna para colocar questões fundamentais e rebater algumas delas.

O deputado Silvio Dreveck fez referência a algumas estradas do estado de Santa Catarina, entre outras que estão em condições difíceis, e eu não descredito das colocações dele. Mas, com relação à serra do Rio do Rastro, deputado Manoel Mota, eu sou testemunha, porque passo semanalmente por lá, de que o nosso governo fez toda a restauração da parte de concreto da rodovia. A estrada feita há mais de 20 anos nunca tinha recebido reparos e agora recebeu um reparo total. Essa estrada é um ponto turístico de Santa Catarina e está muito bem cuidada. As iluminações estão sendo mantidas, pois quando queima uma lâmpada, logo em seguida a manutenção é feita.

Com a restauração, foi inaugurado o Monumento ao Tropeiro, com a iluminação de uma cascata. E o governo do estado fez todo um trabalho e recuperação naquela estrada. Digo isso só para informar ao deputado Silvio Dreveck!

Gostaria de dizer também, deputado Valdir Cobalchini, com relação a essa questão desses reajustes, dessas medidas provisórias de melhorias salariais, que eu acho interessante que o governo só as tenha mandado à Assembleia por reivindicações da categoria. As categorias procuraram o governo, solicitaram, e as MPs foram encaminhadas para a Assembleia! Agora, eu não entendo tudo isso que aqui foi colocado.

Ontem, só porque eu falei no nome do governador Luiz Henrique... É claro que o regime é democrático e os grupos que defendem interesses corporativos podem adentrar às galerias, podem vaia os deputados e podem aplaudi-los. E o político que só quer aplausos não merece o respeito da sociedade, ele tem que receber o ônus e o bônus do poder.

Nós, nos últimos sete anos, fizemos uma composição de alianças, inicialmente com o PMDB e o PSDB e com outros partidos no segundo turno. Depois fizemos a triplíce e a polialiança. Todos esses partidos tiveram secretários, e a política salarial veio da secretaria de Administração. E a secretaria de Administração agora, nos últimos dias, é que começou a ser administrada pelo PMDB, por um profissional de carreira, o sr. Paulo Eli. E queremos dizer que nós vamos estar aqui para defender o governo e não vamos ser desleais com aqueles que ocuparam essas funções. E quero dizer que isso era um problema do partido que estava à frente da secretaria da Administração.

Eu não sei se o Mário ainda está aqui. Eu o ouvi com muita atenção, pois eu o tenho como uma pessoa de boas relações. Ele é uma pessoa leal. E gostaria de dizer que nunca deixei de receber o Mário, quando solicitado, a Aprasc, o Sintrasp, os organismos e as associações que representam os trabalhadores da área da Segurança Pública, deputado Manoel Mota. Sempre os recebi, sempre dialoguei, sempre busquei um caminho.

Aliás, no primeiro mandato, deputado Sargento Amauri Soares, obtivemos sucesso em praticamente tudo o que estávamos encaminhando e buscando soluções. Algumas questões foram encaminhadas, resolvidas, outras não, mas o governo nunca deixou de dar os aumentos reivindicados, o que era possível, de acordo com o Tesouro do estado de Santa Catarina. E o que eu mais queria, como secretário da Segurança, era ver a nossa categoria satisfeita, e procuramos sempre dar atenção necessária às categorias.

Por isso, queremos dizer ao Mário que nunca deixamos de atender àquilo que era da nossa parte. Procuramos lutar juntos, tivemos grandes conquistas juntos e atendemos às categorias - e isso deve ficar bem claro para a população de Santa Catarina - de forma democrática, aberta, embora quem determinasse os valores fosse sempre o Tesouro. E nós, que fizemos parte do governo, tínhamos que respeitar a Fazenda pública do estado de Santa Catarina e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, vou estar aqui de forma clara, altiva, defendendo o governo Luiz Henrique/Eduardo Pinho Moreira, defendendo o governo Luiz Henrique/Leonel Pavan naquilo que nós participamos. Pudemos até ter cometido erros, mas foi no afã de acertar. E nenhuma categoria deixou de receber reajustes, melhorias. Podem até dizer que uma categoria recebeu mais do que a outra, mas eram categorias que estavam com os salários defasados, e as próprias categorias é que pediram. Se o governo tivesse dado um aumento linear para todos, não se tinha incomodado e não tinha gasto o que gastou com a folha. O maior investimento da secretaria da Segurança Pública foi na área de pessoal. Foram feitas novas contratações, foram dadas melhorias salariais e feitas promoções em todas as áreas.

Então, temos que deixar uma coisa muito clara, pois parece que o governo não fez nada pelos servidores, mas o governo fez, e muito.

Estou pedindo ao deputado Dado Cherem que apresente o que foi dado para a Saúde. E se não foi, devemos reconhecer o que não foi. Agora, foi dado aumento a todas as categorias de um modo geral.

Quanto às medidas provisórias que estão aqui, foram solicitações das categorias, porque o governo, segundo informações da Fazenda, não podia mais dar aumentos e estabeleceu um limite de R\$ 50 milhões para dar os reajustes às categorias que estavam reivindicando. Não foi o governo que inventou.

Por isso, não dá para entender. Confesso que até agora eu não entendi. E não entendi também, hoje, os servidores serem colocados aqui de uma forma como se hoje fosse votado. É bem como o presidente, deputado Jailson Lima, colocou! Não há mais condições de votar isso, hoje. Não podemos também iludir as pessoas. Temos que procurar ser honestos, corretos, esclarecendo o cidadão, o servidor público, para que não se faça politicagem, a política de enganação das pessoas.

Quero deixar bem claro que o governo só mandou para cá essas medidas provisórias porque eram as categorias que não haviam recebido as melhorias salariais pedidas.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Ronaldo Benedet, nós vamos continuar debatendo esse assunto, mas não podemos admitir que se diga que o governo fez as medidas provisórias porque as categorias pediram, porque setores das categorias pediram.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Setores! Como sempre foi!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Setores privilegiados, porque as entidades representativas da maioria dos servidores públicos estaduais das três maiores categorias: a Aprasc, que é a maior entidade dentre as três da Segurança Pública, porque sozinha ela é maior do que todas as outras juntas; o Sintep, que tem um interdito proibitório para não chegar perto do prédio da secretaria; e o SindSaúde, mandaram dezenas de ofícios. Portanto, quem foi que pediu e quem foi que ganhou? As entidades representativas pediram e

só alguns privilegiados é que estão ganhando. As outras coisas nós continuaremos discutindo na sequência também.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Muito obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu entendo que os servidores não estão nesta Casa a convite de ninguém nem achando que nós vamos votar hoje. Eles conhecem a rotina da Casa, sabem da reunião das comissões. Enfim, eles estão aqui exatamente para nos pressionar para encontrarmos uma solução para que aquelas pessoas que ficaram fora das gratificações e que foram discriminadas encontrem aqui uma solução, um amparo, para poder resolver essa questão. É esse o recado que estou entendendo desse contingente todo de servidores que está frequentando a Casa nesses dias.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Para esclarecer, precisaríamos trazer alguém do governo, da Administração, para dizer o que foi dado para cada categoria.

Eu gostaria de colocar que gosto de trabalhar nessa linha de conversação, de discussão, em busca de soluções e esclarecimentos. Pedi ao governo que mandasse alguém da secretaria da Administração para esclarecer a cada categoria dessas que está reivindicando o que foi dado, o que não foi, o que é justo. Aliás, qualquer reivindicação sempre é justa. Mas que saibam o que já foi dado, o que foi concedido e o que não foi; porque veio essa reivindicação da Saúde para cá; porque veio para alguns e não veio para outros. Então, tudo tem uma origem. E quem tem que trazer essa informação é o governo do estado.

Eu estou disposto, e não me furto disso, a trazer as explicações da minha área. E

socorro-me da assessoria técnica para trazer as informações, até para que não fique uma questão somente de forma política, demagógica, para que a sociedade catarinense entenda, realmente, o que está acontecendo e para que o cidadão faça o julgamento necessário, de forma justa, com os dados necessários para avaliar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer usa da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2010

OBJETO: **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA PORTA AUTOMÁTICA COMPLETA E SEIS OPERADORES MILLENIUM LIGTH PARA RECUPERAÇÃO DAS PORTAS EXISTENTES.**

DATA: 22/04/2010 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 22 de abril de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 08 de abril de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2010

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS HOSPITALARES PROVENIENTES DA COORDENADORIA DE SAÚDE DA ALESC.**

DATA: 26/04/2010 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 26 de abril de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 08 de abril de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATO

Extrato N.º 048/2010

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 004/2010 celebrado em 08/04/2010.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Sportville Centro de Treinamento S/S Ltda.

OBJETO: Contratação da empresa Sportville Centro de Treinamento Ltda., para que, através da mesma, o técnico e desportista Bi-Campeão Olímpico de Vôlei José Roberto Guimarães ministre a palestra com o tema "Formação e Gestão de Equipes Vencedoras", a qual terá uma duração aproximada de 1h30min de exposição acrescida de outros 30

(trinta) minutos para questionamento do público.

VALOR GLOBAL: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, incisos II, III e § 1º da Lei 8.666/93 e Processo Licitatório nº 0015/2010-LIC.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta da Ação 1144 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais), Item Orçamentário 3.3.90.39.22 (Exposições, Congressos e Conferências).

Florianópolis, 08 de abril de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 037/10

ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE ARTISTA PLÁSTICOS

A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A/C. DIRETORIA LEGISLATIVA

Ref.: Encaminhamento anual de documentos para manutenção do título de Utilidade Pública Estadual.

A Associação Blumenauense de Artistas Plásticos - Blup - CNPJ 83.799.569/0001-96, com sede à Rua XV de Novembro, 161, centro - Blumenau - SC, em atendimento ao disposto no artigo 3º. da Lei 14182, de 2007, encaminha os documentos abaixo relacionados, objetivando a manutenção do título de Entidade de Utilidade Pública Estadual, que lhe foi conferido através da Lei 14.392 de 02 de Abril de 2008.

I - relatório Anual de Atividades - exercício de 2009.

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública.

III - declaração de encaminhamento de estatuto com as alterações ocorridas no ano de 2009;

IV - balancete contábil - ano 2009.

Blumenau, 16 de Março de 2010.

Dulce M. Paladini

Presidente Gestão 2009/10

Lido no Expediente

Sessão de 08/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 038/10

Casa da Amizade das Famílias de Rotarianos de Joinville

Joinville, 23 de março de 2010

Ofício nº 14/2010

Ref. Manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual

Exmo Sr. Pres. da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Gelson Merísio

O presente tem a finalidade de retirar o pedido de manutenção do título de utilidade pública estadual da Casa da Amizade das Famílias Rotarianas de Joinville, haja vista que a mesma está em pleno desempenho de suas atividades.

Em anexo segue a documentação necessária para esta comprovação.

Assim como, estamos requerendo a certidão de regularidade expedida por este Órgão.

Atenciosamente

Ana Neri Mendes Veiga
Presidente - Gestão - 2010

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 439, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO a servidora abaixo discriminada:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio	Processo nº	
1451	Bernadete Rebelo de Souza	18/03/04	17/03/09	0584/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

Repblicada por Incorreção

*** X X X ***

PORTARIA Nº 444, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 405, de 05 de abril de 2010, que nomeou o servidor FÁBIO DA VEIGA.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 445, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **CLOVIS NELSON PIRES DA SILVA**, matrícula nº 2003, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-62, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 446, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FERNANDO DA VEIGA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 447, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 013/2010.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Vianna	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1332	Helio Estefano Becker Filho	
0947	Valter Euclides Damasco	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 448, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 014/2010.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Vianna	Pregoeiro
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2543	Juçara Helena Rebelatto	
0947	Valter Euclides Damasco	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 449, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
0889	Desio Muller	60	21/02/10	0610/10
1134	Maria Luiza Brasil	30	04/04/10	0609/10
2106	Ana Maria Baggio da Silva	60	04/04/10	0611/10
1529	Maria da Graça Cardoso	30	04/04/10	0612/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 450, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
2154	Adriano Ribeiro Cargnin	16	02/04/10	615/10
2174	Juvenal Lino Machado	15	05/04/10	614/10
4346	Eliana Barcelos	30	05/04/10	613/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 451, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **IVANILDO ANTONIO DE SOUZA**, matrícula nº 5724, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 8 de abril de 2010 (Gab Dep Pedro Uczai).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 452, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR **IVANILDO ANTONIO DE SOUZA**, matrícula nº 5724, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 8 de abril de 2010 (Gab Dep Pedro Uczai).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 453, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CARLOS EDUARDO DE SOUZA, matrícula nº 3809, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Pedro Uczai).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 454, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EVANDRO ZANELLA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 455, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor JOAREZ OLIVEIRA DA SILVA, matrícula nº 5793, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 9 de abril de 2010 (Gab Dep Elizeu Mattos).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 456, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR os servidores conforme o quadro a seguir:

Coordenadoria de Eventos			
MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	CÓD/NÍVEL
2020	Rosana Brasca Cajuela	Técnico Legislativo	PL/TEL-52
1551	Washington Luis Mignoni	Técnico Legislativo	PL/TEL-54
1810	Soraia Marcal Boabaid	Analista Legislativo	PL/ALE-66
6316	Mauro Santos de Vargas	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
Gerência Cultural			
MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	CÓD/NÍVEL
1301	Maqda de Araujo Narciso	Analista Legislativo	PL/ALE-66
1366	Diva Guimaraes de Cerqueira Cintra	Analista Legislativo	PL/ALE-62
1555	Ana Maria Alves	Técnico Legislativo	PL/TEL-46
1847	Isabella de Araujo Brand Flores	Analista Legislativo	PL/ALE-58
6320	Enio Rubem Lucca Junior	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6321	Laura Celeste Jaeger Gubert	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
Gerência de Relações Institucionais			
MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	CÓD/NÍVEL
1163	Sonia Regina do Amarante Arruda	Técnico Legislativo	PL/TEL-46
2106	Ana Maria Baggio da Silva	Analista Legislativo	PL/ALE-62
6314	Douglas Salem	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6318	Eduardo Luiz Venturin	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
Gerência de Cerimonial			
MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	CÓD/NÍVEL
1381	Ilka Maria Fretta Lacerda	Técnico Legislativo	PL/TEL-54
1357	Marcio Luiz Pavan	Consultor Legislativo II	PL/ASI-62
6338	Juliane Goncalves Rocha	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6341	Viviane Camargos de Sousa	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6342	Renata Rosenir da Cunha	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6343	Rafael Ghisi Dutra	Técnico Legislativo	PL/TEL-26

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 457, de 08 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR os servidores da Diretoria de Tecnologia e Informações, conforme o quadro a seguir:

Gerência de Projetos e Desenvolvimento			
MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	CÓD/NÍVEL
6327	Deyse Aparecida Ferreira	Analista Legislativo	PL/ALE-51
6328	Brian Venceslau Michalski	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6329	Anderson Ailton Barbosa	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6330	Augusto Cesar Ferreira	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6331	Humberto Machado Filho	Analista Legislativo	PL/ALE-51
6334	Alberto Cechetto Beck	Analista Legislativo	PL/ALE-51
Gerência de Segurança e Administração de Rede			
MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	CÓD/NÍVEL
6332	Elias Amaral dos Santos	Analista Legislativo	PL/ALE-51
6339	Allan de Souza	Analista Legislativo	PL/ALE-51
Gerência de Suporte e Treinamento			
MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	CÓD/NÍVEL
6325	Fabiola Ferreira de Macedo	Analista Legislativo	PL/ALE-51
6333	Marcio Welter	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6344	Franz Walter Mainhardt	Analista Legislativo	PL/ALE-51
Gerência de Suporte Técnico e Manutenção			
MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	CÓD/NÍVEL
6317	Juliano da Costa Azevedo	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6319	Tiago Emanuel de Souza	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6322	Ricardo Almeida	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6323	Daniel Domingos de Souza	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6326	Claudio Henrique Schons	Técnico Legislativo	PL/TEL-26

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 104/10

Declara de utilidade pública o Instituto José Paschoal Baggio - INSTITUTO JPB, com sede no município de Lages.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto José Paschoal Baggio - INSTITUTO JPB, com sede no município de Lages.

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado nos termos do art. 2º, III, da Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Elizeu Mattos
Líder do Governo

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/10

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual da entidade em destaque, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados em prol da comunidade lageana, em especial de seus associados, conforme se pode aferir com a documentação acostada.

Ademais, compulsando suas cláusulas estatutárias é possível constatar dentre seus objetivos a prestação de serviços em sua área de atuação que possam contribuir com a melhoria da qualidade de vida da sociedade, bem como fomentar e assistir as atividades sobre responsabilidade social e assistência à criança, ao adolescente, a maternidade, ao idoso, e o combate à fome e a pobreza.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-lo, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

*** X X X ***